



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2024

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	37
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.....	38
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	39
BALANÇOS PATRIMONIAIS	40
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	42
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	43
NOTAS EXPLICATIVAS	44
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	112
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	113
PARECER DO CONSELHO FISCAL	114
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	115

DESTAQUES (R\$ MM) 4T24	4T24	4T23	Δ %	2024	2023	Δ %
Margem Bruta (ex- VNR)	317	331	(4%)	1.249	1.201	4%
EBITDA	308	269	14%	1.140	1.078	6%
EBITDA Caixa	236	245	(4%)	968	928	4%
Resultado Financeiro	(84)	(73)	15%	(287)	(286)	0%
Lucro Líquido	143	135	6%	557	587	(5%)
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada Total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	1.993	1.887	5,6%	7.527	7.078	6,3%
Energia Distribuída Total (GWh) (cativo + livre + GD)	1.738	1.713	1,5%	6.806	6.470	5,2%
Número de Clientes (mil)	1.608	1.581	1,7%			
DEC anualizado (horas)	8,30	7,62	9%			
FEC anualizado (interrupções)	2,96	3,23	(8%)			
Perdas de Distribuição (%)	8,60%	8,19%	0,41 p.p.			

Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2024	2023	Variação
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	2,24	2,15	0,09
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	

⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

⁽³⁾ EBITDA 12 meses



Destaques Financeiros e Operacionais:

- Energia injetada total, incluindo GD, de 1.993 GWh no 4T24 (+5,6% vs. 4T23) e de 7.527 GWh em 2024 (+6,3% vs. 2023).
- EBITDA de R\$ 308 milhões no 4T24 (+14% vs. 4T23) e de R\$ 1.140 milhões em 2024 (+6% vs. 2023). Já o EBITDA Caixa (ex-VNR) foi de R\$ 236 milhões no 4T24 (-4% vs. 4T23) e de R\$ 968 milhões em 2024 (+4% vs. 2023);
- Lucro Líquido de R\$ 143 milhões (+6% vs. 4T23) e de R\$ 557 milhões em 2024 (-5% vs. 2023);
- Taxa de arrecadação de 99,28%, melhora de +0,69 p.p. em relação ao 3T24;
- R\$ 425 milhões de CAPEX em 2024, maior parte dedicada à expansão da rede;
- Perdas Totais (12 meses) no 4T24 de 8,60%, abaixo do limite regulatório de 10,31%;
- DEC 12 meses de 8,30h (abaixo do regulatório de 10,23h) e FEC 12 meses de 2,96x (abaixo do regulatório de 6,45x).

MENSAGEM DA PRESIDENTE

Ao fazermos um balanço sobre os nossos resultados em 2024, listados nas páginas a seguir deste relatório, duas questões saltam aos olhos: 1) nunca fomos tão desafiados a perseguirmos indicadores de qualidade cada vez melhores como nesse ano; e, 2) como resposta, mesmo com toda a adversidade, realizamos entregas acima da média que fizeram a Neoenergia Cosern ser reconhecida, pela sexta vez, como a Melhor Distribuidora do Nordeste e uma das três melhores do Brasil pela Abradee. E pela segunda vez consecutiva, fomos reconhecidos como a empresa com melhor modelo de gestão pela Fundação Nacional de Qualidade (FNQ).

Começo falando das adversidades e desafios. O maior deles, que também impactou a Operação de praticamente todas as outras distribuidoras do país, foi o efeito das mudanças climáticas no dia a dia do nosso negócio. De forma geral, fornecer energia elétrica com qualidade e confiabilidade passou a ser uma atividade impactada quase que diariamente por chuvas imprevistas, ventos com velocidade capaz de derrubar árvores sobre fios e uma incidência de raios muito acima da média dos registros históricos, principalmente no nosso território potiguar. No Rio Grande do Norte, a concentração desses eventos climáticos nos primeiros meses do ano, trouxe muitos transtornos para várias cidades do estado, que ficaram alagadas e isoladas, tiveram pontes e estradas destruídas e decretaram estado de emergência ou calamidade, além de desdobramentos para a nossa operação.

Para enfrentar as mudanças climáticas – que hoje é uma realidade indiscutível – montamos um plano de trabalho robusto com ajuda de especialistas em Clima e Meteorologia, somada à experiência das nossas equipes em campo. Ampliamos as nossas ações em inovação e na melhoria dos nossos processos. Todo esse trabalho e estratégia fizeram com que a Neoenergia Cosern, mesmo com as adversidades do início do ano, encerrasse o ciclo de 2024 com um DEC de 8,30 horas (19% abaixo do determinado pela Aneel) – o que significa, em outras palavras, dizer que os potiguares tiveram energia disponível durante 99,91% das 8.766 horas totais do ano passado.

Não foi fácil - e é isto que nos desafia, conforme disse no começo. Como destaque, em julho, colocamos em prática um Plano Verão ainda mais robusto e com investimentos totais de R\$ 33 milhões. Dentre as ações, ampliamos as podas preventivas, lavamos quase 1.000 quilômetros da rede elétrica para prevenir os efeitos da maresia e salinidade na distribuição nos municípios litorâneos, construímos mais de 2 mil quilômetros de novas redes elétricas, instalamos centenas de conjuntos de para-raios, trocamos dezenas de transformadores e reforçamos a força de trabalho, tudo para garantir que, na adversidade, a energia elétrica seja um insumo básico com o qual os potiguares possam sempre contar.

Em maio, anunciamos ao lado do nosso CEO, Eduardo Capelastegui, e da Governadora Fátima Bezerra, o maior plano de investimentos da história da Neoenergia Cosern. Até 2027, destinaremos R\$ 2,1 bilhões de reais no sistema elétrico potiguar. Em 2024, foram investidos R\$ 425 milhões, distribuídos em todas as regiões do estado. As obras já começam a ser entregues e a impactar positivamente o dia a dia dos potiguares. Entre os destaques, a nova Subestação Elétrica São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana de Natal, já em funcionamento numa área estratégica de crescimento econômico próximo ao Aeroporto Internacional. Em Natal, modernizamos com auxílio de uma das nossas quatro subestações móveis a Subestação Centro, uma das mais antigas do estado, responsável pelo abastecimento de uma região estratégica da capital.

Seguimos investindo na automação, instalando novos religadores telecomandados que permitem a reconfiguração automática da rede, normalizando o fornecimento de energia em poucos segundos e sem qualquer intervenção humana. Trabalhamos também, de forma incansável, no combate aos furtos e fraudes na rede elétrica. Nossa área de inovação trouxe uma solução capaz de identificar nossos cabos e com isso, rastrear a cadeia dos furtos. Ampliamos os canais de comunicação com os nossos clientes, reorganizamos e ampliamos os horários de funcionamento das nossas lojas permitindo mais celeridade e flexibilidade no atendimento. Mantivemos o foco permanente na cultura de segurança com os nossos colaboradores, parceiros e com a população, colhendo frutos cada vez melhores nesse pilar fundamental para o negócio de distribuição de energia.

Todas as realizações só se tornaram possíveis através das pessoas. Em 2024 encerramos o ano com a contratação de 96 novos colaboradores, dos quais 49 eletricitas, sendo 35% mulheres eletricitas. Além da formatura de mais turmas da, já sedimentada, escola de formação de eletricitas, lançamos uma nova escola de formação focada em trazer mais oportunidades para pessoas com deficiência. Com isso, foi possível a contratação de 21 profissionais com deficiência compondo o nosso time. Construímos uma cartilha que apoia as mães gestantes e implementamos o programa de acolhimentos dessas mães quando retornam ao trabalho, além, de um programa focado na diversidade geracional. Um time engajado e comprometido, iniciativas como as já mencionadas tornaram possível o reconhecimento da Neoenergia Cosern entre as três melhores empresas para se trabalhar no estado do Rio Grande do Norte, pela Great Place To Work.

Por tudo isso, quando fazemos um balanço total das nossas ações, olhamos para o futuro da Neoenergia Cosern e do próprio desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte com muito otimismo, pois estamos dotando o estado de infraestrutura básica para receber os investimentos mais variados, certos de que o fornecimento de energia elétrica está garantido.

Fabiana Carvalho Lopes

Diretora-Presidente da Neoenergia Cosern

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Cosern detém a concessão para distribuição de energia elétrica do Estado do Rio Grande do Norte, composto de 167 municípios potiguares em uma área total de 52.811 km².

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a Estrutura Acionária da Companhia era:



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2024, as projeções indicavam um cenário de desaceleração do crescimento nas principais economias do mundo e de normalização da inflação, permitindo a adoção de políticas monetárias menos restritivas pelos bancos centrais.

No entanto, no primeiro semestre de 2024, as economias internacionais e o Brasil continuaram enfrentando desafios inflacionários. Nos Estados Unidos, a economia manteve um crescimento moderado com um mercado de trabalho aquecido, levando o Federal Reserve (FED) a adiar o início da redução das taxas de juros, mantendo-as estáveis entre 5,25% e 5,50%. No Brasil, a volatilidade cambial e a deterioração na percepção de disciplina fiscal resultaram na interrupção do ciclo de cortes de juros em junho de 2024, com a Selic a 10,50%.

No segundo semestre de 2024, os Estados Unidos iniciaram seu ciclo de cortes de juros, encerrando o ano na faixa de 4,25% a 4,50%. Apesar desse movimento, o FED adotou um discurso mais cauteloso em relação à inflação e ao crescimento econômico americano.

No Brasil, por outro lado, o Banco Central retomou o ciclo de alta dos juros, com a Selic encerrando 2024 em 12,25%. Esse movimento foi acompanhado por uma acentuada desvalorização do real em relação ao dólar (-21,82%), resultando no pior desempenho anual desde 2020.

Entre as variáveis macroeconômicas, a inflação medida pelo IPCA encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%, acima do teto da meta do Banco Central. A projeção de crescimento do PIB para 2024 atingiu 3,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as expectativas do início do ano, de 2,0%.

O índice Ibovespa encerrou 2024 com uma retração de 10,36%, refletindo a combinação do cenário macroeconômico mais desafiador do país. Diante desse cenário, investidores estrangeiros retiraram R\$ 24,2 bilhões da B3 em 2024, maior volume de saques em 9 anos.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em 16 de abril de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Cosern. As novas tarifas entraram em vigor em 22 de abril, com efeito médio 7,84%, sendo 8,08% para a baixa tensão e 7,05% para clientes da alta e média tensão.

A variação da Parcela A foi de 7,96%, totalizando R\$ 2.167,8 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 28,5% dos encargos setoriais e 15,6% nos custos com Transmissão de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 268,51/MWh. Já a variação da Parcela B foi de -5,63%, (R\$ 1.182,7 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de -4,26%, deduzida do Fator X, de 1,37%.

3.2. Principais discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

O Despacho ANEEL nº 894, de 21/03/24, publicou os valores de Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital para os segmentos de Distribuição, Transmissão e Geração, a serem aplicadas aos processos tarifários a partir de 1º/03/24 a 28/02/25. No entanto, em 25 de abril, houve uma retificação, através do Despacho ANEEL nº 1.296/2024, dos valores apurados relacionados ao WACC. A taxa real depois dos impostos aplicado às distribuidoras foi de 7,72%, enquanto em 2023 era de 7,42%; para as transmissoras e geradoras foi de 7,56%, enquanto em 2023 era de 7,26%.

Renovação da Concessão das Distribuidoras

Em 22/06/23, o Ministério de Minas Energia abriu a Consulta Pública 152/2023, que trata da proposta inicial do governo federal para o processo de renovação das concessões das distribuidoras que tem seus vencimentos entre 2025 e 2031, período que contempla a renovação de 4 das 5 distribuidoras da Neoenergia (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern e Neoenergia Elektro).

Após as contribuições recebidas pela consulta pública, o Ministério de Energia (MME) divulgou em 15 de setembro a Nota Técnica 19/2023, com diretrizes atualizadas sobre as renovações das concessões, com posição favorável às manifestações das distribuidoras, visto que considerou como inadequadas as propostas iniciais da cobrança de potenciais excedentes econômicos e da utilização dos benefícios da SUDAM/SUDENE para contrapartida social.

Em janeiro de 2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu decisão, que possibilita o MME a prosseguir com os processos de renovação das concessões das distribuidoras. O TCU avaliou que a motivação do MME atende ao interesse público, a economicidade, a eficiência e a eficácia. Adicionalmente, sugeriu que a renovação fosse analisada de forma individual.

Em 20 junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/24 apresentando os critérios para avaliação da prorrogação das concessões e as diretrizes que devem constar no termo aditivo contratual.

Em 16 de outubro de 2024, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 27/2024 referente ao aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão, o prazo de envio de contribuição se encerrou em 02/12/24, e como próximos passos, espera-se o resultado desta consulta com a publicação do termo aditivo pela ANEEL.

Marco Legal Geração Distribuída

A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29/12/22, publicou os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE) para estabelecimento da tarifa de aplicação utilizada no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica, no âmbito da regra de transição disposta no art. 27 da Lei nº 14.300/2022 (marco legal MMGD).

Publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07/02/23, que regulamenta a Lei 14.300/2022, considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

Em maio de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 1.094/2024 com regulamentação dos artigos 21 e 24 da Lei nº 14.300/2022, que tratam da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes decorrentes do regime de microgeração e minigeração distribuídas. Esse tema foi debatido por meio da Consulta Pública nº 31/2022 e, segundo decisão da agência, o cálculo da sobrecontratação involuntária ocorrerá para as sobras de energia apuradas a partir de 2022, abrangendo todas as instalações de MMGD existentes. Na regulamentação do art. 24, estabeleceu-se as regras para que consumidores com MMGD possam vender energia para a distribuidora. De forma bem resumida, a distribuidora pode fazer uma chamada específica para esses geradores, informando-a para os consumidores cadastrados. Para fazer a venda, eles devem fazer adesão à CCEE, e estão sujeitos a um preço máximo.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Número de Consumidores

A Neoenergia Cosern encerrou 2024 com 1.608 mil consumidores, +27 mil novos consumidores em relação a 2023 (+1,7%).

 Número de Consumidores (Em milhares)			Participação no Total %		2024 / 2023	
	2024	2023	2024	2023	Dif.	%
Residencial	1.417	1.390	88,1%	87,9%	27	1,9%
Industrial	2	1	0,1%	0,1%	1	100,0%
Comercial	113	112	7,0%	7,1%	1	0,9%
Rural	47	49	2,9%	3,1%	(2)	(4,1%)
Outros	29	28	1,8%	1,8%	1	3,6%
Total	1.608	1.581	100,0%	100,0%	27	1,7%

4.2. Evolução do Mercado

A energia distribuída total (cativo + livre + GD) pela Neoenergia Cosern no 4T24 foi de 1.738 GWh, +1,5% vs. 4T23 e de 6.806 GWh em 2024, +5,2% vs. 2023. Vale destacar que Neoenergia Cosern teve seu mercado de referência ajustado na revisão tarifária de 2023, de modo a compensar as migrações para geração distribuída.

Os valores de energia distribuída por tipo de cliente e mercado são apresentados nas tabelas abaixo:

Energia Distribuída (GWh)	Neoenergia Cosern		4T24 / 4T23		Participação no Total %		Neoenergia Cosern		2024 / 2023		Participação no Total %	
	4T24	4T23	Dif.	%	4T24	4T23	2024	2023	Dif.	%	2024	2023
Residencial	599	613	(14)	(2,3%)	57,3%	54,3%	2.474	2.417	57	2,4%	57,7%	55,3%
Industrial	26	36	(10)	(27,8%)	2,5%	3,2%	121	151	(30)	(19,9%)	2,8%	3,5%
Comercial	141	191	(50)	(26,2%)	13,5%	16,9%	687	779	(92)	(11,8%)	16,0%	17,8%
Rural	121	129	(8)	(6,2%)	11,6%	11,4%	383	409	(26)	(6,4%)	8,9%	9,3%
Outros	158	159	-	-	15,1%	14,1%	622	619	3	0,5%	14,5%	14,1%
Total Energia Distribuída (cativa)	1.045	1.128	(83)	(7,4%)	60%	66%	4.287	4.374	(87)	(2,0%)	63%	68%
Industrial	317	292	25	8,6%	18,2%	17,0%	1.194	1.100	94	8,5%	17,5%	17,0%
Comercial	100	82	18	22,0%	5,8%	4,8%	381	301	80	26,6%	5,6%	4,7%
Rural	9	1	8	800,0%	0,5%	0,1%	11	2	9	450,0%	0,2%	0,0%
Outros	45	42	3	7,1%	2,6%	2,5%	174	161	13	8,1%	2,6%	2,5%
Suprimentos	0	0	-	-	0,0%	0,0%	2	1	1	100,0%	0,0%	0,0%
Mercado Livre + Suprimentos	471	417	54	12,9%	27%	24%	1.762	1.564	198	12,7%	26%	24%
Residencial	599	613	(14)	(2,3%)	34,5%	35,8%	2.474	2.417	57	2,4%	36,4%	37,4%
Industrial	343	327	16	4,9%	19,7%	19,1%	1.315	1.251	64	5,1%	19,3%	19,3%
Comercial	241	273	(32)	(11,7%)	13,9%	15,9%	1.067	1.080	(13)	(1,2%)	15,7%	16,7%
Rural	130	130	-	-	7,5%	7,6%	395	410	(15)	(3,7%)	5,8%	6,3%
Outros	203	201	2	1,0%	11,7%	11,7%	796	779	17	2,2%	11,7%	12,0%
Suprimentos	0	0	-	-	0,0%	0,0%	2	1	1	100,0%	0,0%	0,0%
Total Energia Distribuída (cativa+livre)	1.516	1.545	(29)	(1,9%)	87%	90%	6.049	5.938	111	1,9%	89%	92%
Energia de compensação GD	222	168	54	32,1%	12,8%	9,8%	757	532	225	42,3%	11,1%	8,2%
Total Energia Distribuída (cativo + livre + GD)	1.738	1.713	25	1,5%	100%	100%	6.806	6.470	336	5,2%	100%	100%

No 4T24, o consumo residencial consolidou 599 GWh, -2,3% vs. 4T23, em razão de temperaturas inferiores e da geração distribuída quando comparado ao trimestre anterior. Em 2024, a classe registrou 2.474 GWh, +2,4% vs. 2023, influenciado, sobretudo, por temperaturas superiores no 1S24, além do crescimento da base de clientes (+1,7%).

O consumo da classe industrial cativa mais livre apresentou um crescimento de 4,9% no trimestre e 5,1% no ano, explicado, principalmente pelo bom desempenho do setor de extrativismo.

A classe comercial cativa mais livre teve redução de 11,7% no trimestre e de 1,2% no acumulado.

A classe rural cativa mais livre encerrou o trimestre com consumo de 130 GWh, em linha com o 4T23. No ano esta classe consumiu 395 GWh, -3,7% vs. 2023, explicado, principalmente, pelo maior volume de chuvas no período, que gerou uma menor demanda de irrigação no ano.

As outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio) cativo mais livre totalizaram 203 GWh no 4T24, +1,0% no trimestre e 796 GWh em 2024, +2,2% vs. 2023, com destaque para a classe Serviço Público e Poder Público.

4.3. Balanço Energético

A energia injetada total incluindo GD atingiu o patamar de 1.993 GWh no 4T24, (+5,6% vs. 4T23) e no ano 7.527 GWh (+6,3% vs. 2023), influenciado por temperaturas superiores no 1º semestre de 2024 e pelo crescimento da base de clientes.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T24	4T23	4T24 x 4T23		2024	2023	2024 x 2023	
			Dif	%			Dif	%
								
Mercado Cativo	1.045	1.128	(83)	(7,4%)	4.287	4.374	(87)	(2%)
Mercado Livre + Suprimento	471	417	54	12,9%	1.762	1.564	198	12,7%
Energia Distribuída (A)¹	1.516	1.545	(29)	(1,9%)	6.049	5.938	111	1,9%
Energia Perdida (B)	146	142	3	2,8%	567	537	30	5,6%
Não Faturado (C)	45	21	N/A	N/A	2	(7)	9	(129%)
SIN + Sistema Isolado (D) = (A) + (B) + (C)	1.706	1.708	(2)	(0,1%)	6.618	6.468	150	2,3%
Energia Injetada pela GD (E)	287	179	108	60,3%	909	610	299	49,0%
ENERGIA INJETADA TOTAL (F) = (D) + (E)	1.993	1.887	106	5,6%	7.527	7.078	449	6,3%

NOTA: ¹Energia Distribuída não considera energia de compensação GD.

4.4. Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

	Perdas (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24
	7,86%	7,85%	7,76%	7,85%	7,72%	0,33%	0,93%	0,95%	0,32%	0,88%	8,19%	8,77%	8,71%	8,18%	8,60%	10,31%
	Perdas (GW)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24
	509	515	514	520	511	21	61	63	21	58	530	576	577	541	569	693

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2024 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) Limite Regulatório 12 meses.

A Neoenergia Cosern encerrou o 4T24 em 8,60%, permanecendo abaixo do seu limite regulatório de 10,31%.

A Companhia vem atuando no plano de combate a perdas e em 2024 as principais ações foram:

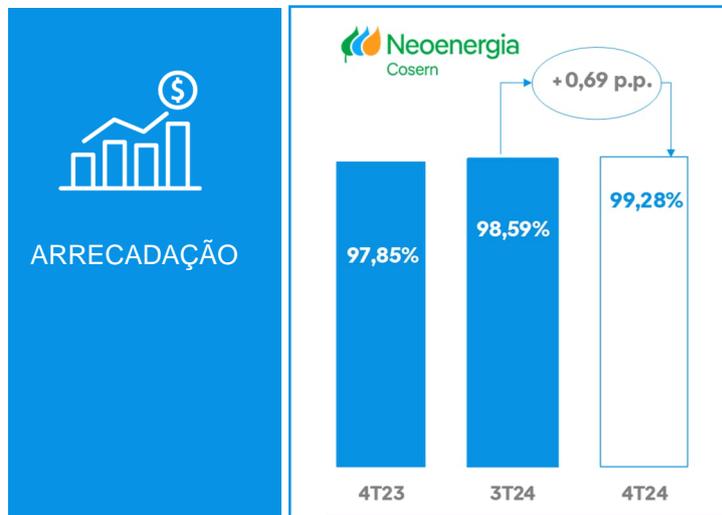
- (i) Realização de mais de 21 mil inspeções, recuperando uma energia de 11 GWh;
- (ii) Substituição de 45 mil medidores obsoletos;

- (iii) Levantamento e Fiscalização da Iluminação Pública totalizaram uma energia recuperada de mais de 3,2 GWh;
- (iv) Realização de 37 ações com apoio policial.

4.5. Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo apresenta o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores.



A taxa de arrecadação foi de 99,28%, superior em +0,69 p.p. em relação ao 3T24, impulsionada pela melhora na performance das ações de cobrança e grandes negociações.

PECLD / ROB	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Limite Regulatório 4T24	2024	Limite Regulatório 2024
<i>ROB</i>	1.021	1.006	1.016	977	1.123	1.123	4.121	4.121
<i>PECLD</i>	5	6	3	5	5	5	19	21
Inadimplência	0,50%	0,58%	0,32%	0,54%	0,41%	0,46%	0,46%	0,50%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.

O indicador PECLD/ROB no 4T24 foi de 0,41%, abaixo do limite regulatório de 0,46%.

No 4T24 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e consequentemente melhorar a arrecadação, dentre elas podemos destacar:

- (i) Realização de 32,7 mil suspensões de fornecimento por meio de atuação em concentrações georreferenciadas;
- (ii) Negativações de 47,9 mil consumidores ligados ao SPC, Serasa Experian e Boa Vista;
- (iii) Notificação de 36,8 mil clientes através do aplicativo de mensagens Whatsapp;
- (iv) Negociações para 27,7 mil consumidores através da plataforma digital;
- (v) Utilização de novas tecnologias visando aumentar os meios de pagamento.

4.6. DEC e FEC (12 meses)

As melhorias nos resultados do DEC e FEC, que permitiram a Companhia superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão com revisão de processos como em investimentos no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.



NOTA: Indicadores 12 meses sem supridora. Devido ao fato do prazo de apuração dos indicadores de qualidade ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	1.015	895	120	13%	3.603	3.403	200	6%
Custos Com Energia	(698)	(564)	(134)	24%	(2.354)	(2.202)	(152)	7%
Margem Bruta s/ VNR	317	331	(14)	(4%)	1.249	1.201	48	4%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	72	24	48	200%	172	150	22	15%
Margem Bruta	389	355	34	10%	1.421	1.351	70	5%
Despesa Operacional	(76)	(81)	5	(6%)	(262)	(266)	4	(2%)
PECLD	(5)	(5)	-	-	(19)	(7)	(12)	171%
EBITDA	308	269	39	14%	1.140	1.078	62	6%
Depreciação	(45)	(42)	(3)	7%	(177)	(165)	(12)	7%
Resultado Financeiro	(84)	(73)	(11)	15%	(287)	(286)	(1)	0%
IRCS	(36)	(19)	(17)	89%	(119)	(40)	(79)	198%
LUCRO LÍQUIDO	143	135	8	6%	557	587	(30)	(5%)

A Neoenergia Cosern encerrou o 4T24 com Margem Bruta sem VNR de R\$ 317 milhões, (-4% vs. 4T23), impactado variação da parcela B de -5,6% no reajuste de abril/24. Em 2024, a margem bruta sem VNR foi de R\$ 1.249 milhões (+4% vs. 2023), impactada pelo crescimento da base de clientes (+1,7%), pela variação da parcela B de +0,25% da revisão tarifária de abril/23 e maiores volumes, parcialmente compensada pela variação negativa da parcela B de -5,6% no reajuste de abril/24

A margem bruta foi de R\$ 389 milhões no 4T24 (+10% vs. 4T23) e de R\$ 1.421 milhões no 2024 (+5% vs. 2023), impulsionada pelo maior VNR, dado o maior IPCA no período.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 76 milhões no 4T24 (-6% vs. 4T23) e R\$ 262 milhões em 2024 (-2% vs. 2023), absorvendo a inflação e crescimento de clientes.

A PECLD totalizou R\$ 5 milhões no 4T24, em linha com o 4T23, e R\$ 19 milhões em 2024 (-R\$ 12 milhões vs. 2023). Em 2023 tivemos impacto dos efeitos não recorrentes de renegociações com reversões de Grandes Clientes na ordem de R\$ 10 milhões.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA no 4T24 foi de R\$ 308 milhões, (+14% vs. 4T23) e em 2024 foi de R\$ 1.140 milhões (+6% vs. 2023). Já o EBITDA Caixa (ex-VNR) no 4T24 foi de R\$ 236 milhões (-4% vs. 4T23), impactado pelo reajuste anual negativo da parcela B, e R\$ 968 milhões em 2024 (+4% vs. 2023), fruto do maior mercado e boa performance operacional.

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 84 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 73 milhões no 4T23), em virtude do aumento dos encargos de dívida e do saldo médio da dívida. Em 2024, o resultado financeiro foi de -R\$ 287 milhões, em linha com 2023.

A rubrica de IR/CS no 4T24 foi de -R\$ 36 milhões (vs. -R\$ 19 milhões no 4T23) e em 2024 foi de -R\$ 119 milhões (vs. -R\$ 40 milhões em 2023). O ano de 2023 foi positivamente impactado pelo incremento pontual no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício.

O Lucro Líquido foi de R\$ 143 milhões no 4T24 (+6% vs. 4T23) e de R\$ 557 milhões em 2024 (-5% vs. 2023).

5.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	143	135	8	6%	557	587	(30)	(5%)
Despesas financeiras (B)	(100)	(83)	(17)	20%	(358)	(334)	(24)	7%
Receitas financeiras (C)	18	16	2	13%	73	67	6	9%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(2)	(6)	4	(67%)	(2)	(19)	17	(89%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(36)	(19)	(17)	89%	(119)	(40)	(79)	198%
Depreciação e Amortização (F)	(45)	(42)	(3)	7%	(177)	(165)	(12)	7%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	308	269	39	14%	1.140	1.078	62	6%

5.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	4T24	4T23	Variação		2024	2023	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	10	10	-	-	46	41	5	12%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(81)	(74)	(7)	9%	(301)	(300)	(1)	0%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(13)	(9)	(4)	44%	(32)	(27)	(5)	19%
Juros, comissões e acréscimo moratório	10	6	4	67%	30	25	5	20%
Variações monetárias e cambiais - outros	(3)	1	(4)	(400%)	(4)	10	(14)	(140%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	-	(4)	4	(100%)	(7)	(13)	6	(46%)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	(5)	(4)	(1)	25%	(8)	(17)	9	(53%)
Obrigações pós emprego	-	-	-	-	-	1	(1)	(100%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(15)	(8)	(7)	88%	(43)	(33)	(10)	30%
Total	(84)	(73)	(11)	15%	(287)	(286)	(1)	0%

O Resultado Financeiro foi de -R\$84 milhões no 4T24 (vs. -R\$ 73 milhões no 4T23), explicado, majoritariamente, aumento nos encargos da dívida, devido à elevação do IPCA (56% do endividamento da companhia está atrelado a esse indexador) e aumento do saldo médio da dívida, devido às captações direcionadas para investimentos, visando atender a expansão do mercado. No ano, o resultado financeiro foi de -R\$ 287 milhões, em linha com 2023.

6. INVESTIMENTOS

Em 2024, a Neoenergia Cosern realizou Capex de R\$ 425 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede.

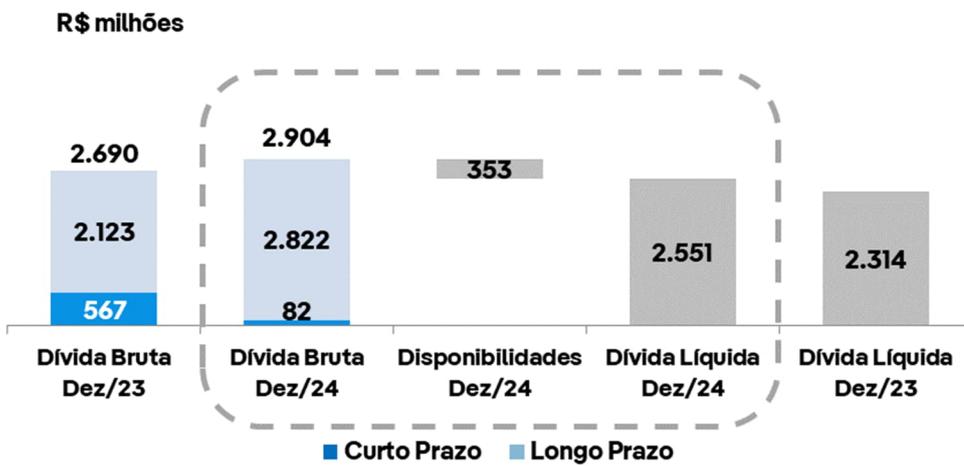
INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	Neoenergia Cosern		
	4T24	2024	
Expansão de Rede	(74)	(243)	55%
Novas Ligações	(46)	(152)	
Novas SE's e RD's	(28)	(91)	
Renovação de Ativos	(27)	(91)	21%
Melhoria da Rede	(15)	(42)	10%
Perdas e Inadimplência	(4)	(14)	3%
Outros	(25)	(45)	11%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(10)	(25)	
(=) Investimento Bruto	(154)	(460)	
SUBVENÇÕES	7	10	
(=) Investimento Líquido	(147)	(450)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	10	25	
(=) CAPEX	(138)	(425)	
Base de Anuidade Regulatória	(25)	(45)	10%
Base de Remuneração Regulatória	(119)	(390)	90%

O Capex realizado foi aderente ao necessário para o período. O nível adequado de Capex reflete a política da Neoenergia Cosern para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

Em Dezembro de 2024, a dívida líquida da Neoenergia Cosern, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.551 milhões (dívida bruta de R\$ 2.904 milhões), apresentando crescimento de 10% (R\$ 237 milhões) em relação a dezembro de 2023. Em relação a segregação do saldo devedor, a Neoenergia Cosern possui 97% da dívida contabilizada no longo prazo e 3% no curto prazo.



7.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente da Companhia em 31 de dezembro de 2024.



8. RATING

Em 27 de março de 2024, a S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB" na Escala Global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9. OUTROS TEMAS

9.1. Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.



Número de Consumidores Residenciais (Em milhares)	2024	2023	2024 x 2023	
			Dif.	%
Convencional	1.019	994	25	2,5%
Baixa Renda	398	397	1	0,3%
Total	1.417	1.390	27	1,9%

9.2. OPA Neoenergia Cosern, Conversão de Registro para Categoria B e AGE

Em 21 de agosto de 2024, a Neoenergia adquiriu, por meio de Oferta Pública de Ações para Conversão de Registro e em leilão realizado na B3, 8.193.221 ONs, 1.325.007 PNAs e 1.186.304 PNBs, representativas de 6,37% do capital social da Neoenergia Cosern. OPA Neoenergia Cosern, Conversão de Registro para Categoria B e AGE

No dia 29 de agosto de 2024 foi aprovada a conversão de registro para Categoria B da Neoenergia Cosern pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conforme previsto no Edital da Oferta Pública para Conversão de Registro, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2024, resgate e cancelamento da totalidade das ações de emissão da Neoenergia Cosern que remanesceram em circulação após o leilão da OPA de Conversão de Registro, totalizando 654.410 ONs, 173.920 PNAs e 80.978 PNBs de emissão da Neoenergia COSERN, representativas de 0,54% do seu capital social total.

9.3. Práticas de Gestão

9.3.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Cosern possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com/politicas-governanca-corporativa>).

Em 2024, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos de R\$ 163.187 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 11/04/2024 e pagos em 22/05/2024;
- (ii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 14.831 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20/03/2024 e pagos em 18/07/2024;
- (iii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 15.047 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 20/06/2024 e pagos em 11/09/2024;
- (iv) Dividendos Intermediários de R\$ 226.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 22/07/2024 e pagos em 11/09/2024;
- (v) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 13.666 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 25/09/2024 e pagos em 20/12/2024;
- (vi) Dividendos Intermediários de R\$ 81.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 21/10/2024 e pagos em 20/12/2024;
- (vii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 15.026 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 18/12/2024 e com previsão de pagamento até 31/12/2025.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2024 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025.

9.3.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicam a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Cosern reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações da Companhia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizados.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por seis representantes titulares, sendo um membro independente, todos com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição/destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia, podendo ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e quatro membros de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se trimestralmente ou em reuniões extraordinárias, sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles e (ii) certificação das informações.

A certificação financeira ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executados da forma adequada. No caso da certificação não financeira, os executivos atestam anualmente o ambiente de controles existentes para garantir a qualidade e integridade das informações dos indicadores reportados no Relatório de Sustentabilidade.

9.3.3. Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Política de Gestão de Pessoas que define como atraímos, desenvolvemos e fidelizamos profissionais talentosos. Nosso objetivo é fomentar o bem-estar físico, mental e emocional das equipes mediante o seu crescimento pessoal e profissional. Assim, buscamos que as pessoas participem do projeto de êxito empresarial do Grupo, garantindo um posto de trabalho digno e estável, em um ambiente diversificado e inclusivo.

A visão de Treinamento e Desenvolvimento é considerada fundamental para o sucesso da Neoenergia, pois impacta diretamente no desempenho e resultado dos negócios. A empresa desenvolve diversos programas para melhorar a qualificação técnica de seus profissionais de forma a torná-los aptos para o desempenho de suas funções e contribuir para o fomento de uma cultura de desenvolvimento, criação de valor e melhoria contínua, permitindo aos seus colaboradores assumirem protagonismo em seu desenvolvimento e crescimento de carreira.

Em 2024, além dos programas direcionados a talentos e sucessores, investimos na formação de 100% de nossos líderes e colaboradores, focando no fortalecimento da nossa Cultura e da Centralidade no Cliente, competência estratégica e prioritária para a Neoenergia. Também realizamos formações para reciclagem de competências e atualizações obrigatórias para todos os níveis. Nosso objetivo é realizar negócios com competência, garantindo resultados sustentáveis por meio do desenvolvimento contínuo de nossas pessoas.

Sobre o tema diversidade, em 2024, promovemos diversas ações com o público interno, destacando-se:

- Cartilha Informativa sobre Assédio no Ambiente de Trabalho: como parte dos nossos processos de Compliance, a cartilha foi divulgada nos canais internos de comunicação, treinamentos e eventos com objetivo de ajudar a identificar, prevenir e combater o assédio;

- Conteúdos de diversidade e inclusão: foram mais de 5 mil participações nos eventos de diversidade e inclusão, que incluíram antirracismo, violência contra a mulher, orgulho LGBT, luta da pessoa com deficiência e outros;
- Vilarejos Junt+s: rodas de conversa conduzidas por colaboradores para pequenos grupos. Os encontros são um ambiente seguro de acolhimento. LGBTfobia no ambiente de trabalho, maternidade, autoestima e pessoas negras, segurança psicológica de pessoas LGBT, pessoas 45+ são alguns dos temas tratados;
- Escola de Eletricistas: iniciativa para criar oportunidades de capacitação profissional gratuita, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras;
- Potencialize: programa de desenvolvimento exclusivo para pessoas negras;
- Herenergy: programa global de desenvolvimento de mulheres para cargos de superintendência e diretoria;
- Formação administrativa de pessoas com deficiência: programa de qualificação profissional para pessoas com deficiência em parceria com o Senai. Os formados entram no banco de talentos da Neoenergia para futuras contratações;
- Programa de acolhimento de colaboradoras em situação de violência contra a mulher: iniciativa oferece suportes como acompanhamento jurídico, psicológico, financeiro além de outras medidas.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, que é uma iniciativa que visa criar oportunidades de capacitação profissional gratuita e apoiar a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia da companhia. Entre 2019 e 2022, formamos turmas exclusivas para mulheres, visando fomentar a participação feminina no mercado de eletricitistas. A partir de 2023, com a participação espontânea de mulheres nas turmas mistas, reduziu-se o número de turmas dedicadas exclusivamente a elas.

A Escola é reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da União Europeia para estimular boas práticas das empresas. Finalizamos o ano com as mulheres ocupando mais de 10% do nosso quadro de eletricitistas contra 5,6% em 2022 e 8,4% em 2023, confirmando nossa crença na igualdade de gênero e nosso compromisso em alcançar mais de 12% até 2030.

Em 2024, a Neoenergia alcançou marcos relevantes em suas iniciativas de voluntariado, refletindo seu compromisso contínuo com a responsabilidade social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No ano, foram registradas 4.208 participações, superando as projeções mapeadas na nossa meta ESG de voluntariado, que prevê 3.700 participações em 2025 e 4.700 em 2030.

Além das ações previstas no cronograma anual do voluntariado corporativo, a Neoenergia demonstrou solidariedade e apoio às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, com a participação de 1.194 doadores, entre colaboradores e familiares, a campanha arrecadou um total de R\$ 113 mil. Com a contrapartida do Instituto Neoenergia, o valor total doado chegou a R\$ 227 mil. Este esforço coletivo foi fundamental para fornecer assistência e recursos às comunidades afetadas, evidenciando o espírito de união e responsabilidade social da equipe Neoenergia.

Algumas ações de 2024 que foram destaques:

- Eu cuido do meu quadrado: os voluntários e suas famílias fizeram ações de limpeza nas proximidades de casa e do trabalho, recolhendo mais de 387 quilos de lixo das ruas;
- Ensinando Profissões: palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para jovens. Aconteceu em cinco estados impactando mais de 500 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 28.281 mil peças para 80 instituições beneficiadas;
- Operação quilo: doação de mais de 42,5 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 130 ONGs beneficiadas;
- Árvore da Solidariedade: a tradicional campanha de Natal aconteceu na Bahia, no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, em Pernambuco e São Paulo;
- Gincana da Solidariedade: nossos voluntários conseguiram arrecadar mais de 23 mil itens de higiene, beneficiando mais de 5,3 mil pessoas direta e indiretamente.

10. SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1.ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de valor para todos os seus públicos de relacionamento, gerando dividendo social e oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O compromisso do grupo com a agenda ESG está formalizado em seu Sistema de Governança Corporativa e Sustentabilidade, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

A empresa concentra esforços nos ODS mais relevantes para o seu modelo de negócio: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). E mantém, ainda, compromisso com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).

Esse compromisso é materializado com a publicação de 30 Metas ESG a serem alcançadas em 2025 e 2030, e que são acompanhadas e divulgadas trimestralmente. Na tabela abaixo, apresentamos os resultados alcançados em 2024:

Metas ESG	Parâmetros	2024 Real	2025 Meta	2030 Meta	
E	Emissões	Emissões de gCO ₂ /kWh na geração (escopo 1)	4	36	20
	Digitalização de redes	% redes de Alta Tensão e Média Tensão digitalizadas	80%	83%	90%
	Eletrificação da frota	% de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	14%	13%	50%
	Frota de veículos leves sustentável	% sobre a frota total de veículos leves (flex, híbrido ou elétrico)	99%	99%	100%
	Capacidade instalada de água de reuso	Milhões de litros	8,3	7,5	10
	Avaliação de Biodiversidade	% ativos com avaliação de biodiversidade e plano de impacto positivo	0%	20%	100%
	S	Mulheres em posições relevantes	% de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	33%	31%
Mulheres em postos de liderança		% de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência	32%	33%	40%
Mulheres formadas eletricistas		% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	50%	30%	35%
Mulheres em postos de eletricista		% de mulheres em postos de eletricistas	10%	9%	12%
Diversidade racial		% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão	30%	35%	40%
Voluntariado corporativo		Nº de voluntários (colaboradores e acompanhantes)	4.208	3.700	4.700
Segurança (ISO 45001)		% colaboradores próprios lotados em sites certificados pela ISO 45001	58%	50%	60%
Segurança		Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,28	<0,43	<0,39
Formação		Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	96	67	70
Cientes digitais		% de transações digitais / (Transações humanas + Transações digitais)	94,2%	95,1%	95,1%
G	Inclusão e diversidade para atendimento ao cliente	Número de soluções implementadas	15	22	NA
	Beneficiários do Instituto Neoenergia	Beneficiários anuais dos programas (mil)	649	280	412
	Qualidade de fornecimento	Duração Equivalente das Interrupções por unidade consumidora	9,18	9,29	8,44
	Compras de fornecedores locais	% do volume faturado de compras com fornecedores locais	100%	>90%	>90%
	Compras de fornecedores sustentáveis	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	90%	>80%	>85%
	Procedimento de Due Diligence de Direitos Humanos	Revisão contínua	✓	✓	✓
	Processo formal de engajamento das Partes Interessadas	Ampliar o engajamento das partes interessadas por meio de mecanismos e canais diversos	✓	✓	✓
	Avaliações de cibersegurança	Número de avaliações anuais ou verificações externas	522	316	316
	Treinamentos em cibersegurança	Número de horas anuais de treinamento em cibersegurança e proteção das informações	13.152	11.500	13.100
	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
F	Práticas de Governança Corporativa	Manter as melhores práticas de governança	✓	✓	✓
	Certificação externa independente ou validação do sistema de Compliance	Obter/manter (anualmente)	✓	✓	✓
F	Framework de financiamento verde	Revisão anual e atualização (se aplicável)	✓	✓	✓
	Financiamento ESG	% novos contratos financeiros no triênio de 2023/2025 e 2026/2030 com classificação ESG/verde (com taxonomia europeia)	85%	>60%	>75%

Durante o ano, a Neoenergia manteve seu compromisso com a geração de energia limpa e sustentável. A empresa anunciou a criação de uma joint venture com a espanhola Carbon2Nature para desenvolver projetos de geração e comercialização de créditos de carbono, que focará em projetos de reflorestamento de áreas desmatadas, manejo florestal e reabilitação de manguezais, com o objetivo de capturar mais de 10 milhões de toneladas de CO₂ nos próximos anos, por meio da criação da Carbon2Nature Brasil.

No arquipélago de Fernando de Noronha, foi concluída a terceira usina solar na Ilha, com um sistema de armazenamento de energia de 100 kW/215 kWh. A ilha também recebeu 14 veículos elétricos, incluindo o primeiro buggy 100% elétrico fabricado no Brasil. A energia gerada nas usinas será utilizada para abastecimento dos veículos e, o excedente, será injetado na rede de distribuição, ampliando o uso de fontes renováveis pelos consumidores locais. As ações fazem parte do projeto Trilha Verde, que compõe o Programa Energia Sustentável Noronha.

Buscando desenvolver soluções para geração de energia limpa e sustentável foi instalado, no litoral norte do Rio de Janeiro, o sistema flutuante LiDAR, pioneiro no Brasil, para estudos de medição eólica offshore. O sensor, certificado internacionalmente, mede características do vento e do mar com alta precisão e confiabilidade.

No âmbito social, um dos destaques é o programa Potencialize para desenvolver talentos negros no setor elétrico. Inicialmente implementado na Neoenergia Coelba, o programa será expandido para todas as distribuidoras em 2025, com o objetivo de aumentar a diversidade e inclusão, promovendo a ascensão de profissionais negros a cargos de liderança.

Em 2024, também foi comemorada a marca de mais de mil mulheres formadas na Escola de Eletricistas da Neoenergia. A iniciativa estimula a geração de emprego e renda, além de contribuir para a equidade de gênero em uma carreira majoritariamente masculina. A Escola é pioneira no setor e reconhecida como exemplo global de um dos Princípios de Empoderamento das Mulheres pelo WeEmpower, programa da ONU Mulheres junto à Organização Internacional do Trabalho e à União Europeia. A Neoenergia também aderiu ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério das Mulheres, com o objetivo de transformar a cultura organizacional do país.

Em 2024 a Neoenergia recebeu o prêmio “Boas práticas” do Pacto Global-Rede Brasil da ONU pelo programa de apoio a colaboradoras vítimas de violência, destacando-se no Movimento Elas Lideram 2030. O CEO, Eduardo Capelastegui também foi reconhecido com o prêmio de “CEO Elas lideram 2030” mais engajado com a temática, refletindo o compromisso com a igualdade de gênero e a inclusão social.

Pelo quinto ano consecutivo, a empresa manteve-se na carteira do FTSE4 Good Index Series e no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da B3. Também permaneceu no The Sustainability Yearbook, da S&P e no CDP, com score A em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica

10.2. Inovação

A inovação é a principal estratégia da Neoenergia para garantir a sustentabilidade, a eficiência e a competitividade da empresa. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e que permeia todos os negócios e atividades que realizamos. Esse processo é intensificado pela diversidade de nossos colaboradores e garantido pela ambidestria organizacional, que permite a conciliação entre as atividades rotineiras e iniciativas de inovação. A partir da estratégia *first to market*, buscamos constantemente tecnologias emergentes que contribuam com o cumprimento dos ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) e 13 (Combate às mudanças climáticas).

Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, a descarbonização da geração, a promoção de redes inteligentes e a eletrificação da demanda:

- Tecnologias disruptivas cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos.

- Novos produtos e serviços competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;
- Digitalização e automação em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, big data, inteligência artificial, machine learning e ferramentas de fácil uso como Power BI, Power Apps e Power Query;
- Inovação com startups, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- Cultura de inovação e talento como base para os pilares de transformação da organização.

A governança da inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, que busca soluções promissoras para os nossos negócios e para o setor elétrico como um todo. Por meio dessa plataforma, realizamos em 2024 a segunda chamada do Programa Inovamos – Jornada Neoenergia de Criação de Valor, a qual recebeu mais de 900 ideias, das quais, mais de 270 se tornaram projetos que impulsionarão a nossa evolução contínua.

Em 2024, investimos um total de R\$ 186,1 milhões em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI). Este montante é constituído pelos investimentos em inovação realizados pelas áreas de negócio da Neoenergia e pelos investimentos no escopo do programa de PDI regulado pela Aneel, no qual destinamos anualmente 0,5% da receita operacional líquida (ROL) das nossas distribuidoras e 1% da ROL das nossas empresas de geração e transmissão, seguindo o que é estabelecido Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, e regulamentos do PDI Aneel.

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação regulado pela Aneel reuniram, nos últimos anos, mais de 1,4 mil pesquisadores e cerca de 70 parceiros tecnológicos entre institutos de ciência e tecnologia, universidades, indústrias, startups e empresas de base tecnológica.

Em 2024, inauguramos o Laboratório de Interoperabilidade e Conectividade – Multiprotocolos, em parceria com a Lactec. Esse centro de excelência é dedicado a testes em medidores digitais de energia, desempenhando um papel fundamental para garantir uma comunicação padronizada entre equipamentos de diversos fabricantes. A interoperabilidade de comunicação fortalece a expansão eficiente das redes digitais no Brasil. Outro destaque foi o lançamento do Programa Neoenergia Talentos do Futuro, realizando edições no Rio de Janeiro e em Salvador, envolvendo 43 cursos de graduação de 37 instituições universitárias em busca de soluções inovadoras para desafios relevantes do setor elétrico.

Como resultado de nossa atuação, recebemos reconhecimentos das principais premiações de inovação do Brasil, tais quais o prêmio Valor Inovação, figurando entre as 3 empresas mais inovadoras do setor elétrico; o TOP 100 Open Corps, sendo reconhecida como uma das 3 empresas do setor que mais inovam com startups; e o principal troféu na 48ª edição do Circuito Nacional do Setor Elétrico (Cinase) 2024, pelo projeto Subestação Subterrânea Hermética, que levou também prêmio na categoria Instalações Elétricas. Conquistamos ainda prêmios nas categorias Pesquisa e Desenvolvimento, com o projeto Godel Multilink; e Energias Renováveis, com Hidrogênio Verde.

10.3. Educação e Cultura

Com o Programa Saúde, Educação e Renda (SER), atuamos em pilares que impactam diretamente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos Lagoas, Canoas e Calango localizados nos estados de Rio Grande do Norte e da Paraíba, e da linha de transmissão Potiguar Sul, que cruza os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam os temas que formam a sigla do projeto. O Programa foi finalizado em 2024, porém estava em atividade desde 2020, com recursos do subcrédito social do BNDES e cuja execução parceira in loco se dá através da Agência de Desenvolvimento Econômico Local. Ao longo dos anos, o Programa SER impactou 269 famílias e líderes comunitários em acesso e gestão de recursos hídricos, beneficiou 412 agricultores familiares no desenvolvimento de cadeias produtivas, e proporcionou a 70 jovens o acompanhamento de seus negócios rurais, incluindo acesso a microcrédito para impulsionar seus empreendimentos. Considerando pessoas impactadas indiretamente, temos 2.355 pessoas beneficiadas. Durante os quatro anos do Programa SER grandes marcos quantitativos são: 1.067 oficinas e capacitações realizadas e 58 construções / revitalizações da infraestrutura física local feitas.

O Programa Energizar decorre de uma parceria, desde 2023, com a Rede Muda Mundo, por meio de ações de investimento social privado, para beneficiar comunidades vulneráveis residentes no entorno dos empreendimentos da Neoenergia. Em 2024, inspirado no Programa SER, houve uma reformulação do escopo das ações, a fim de gerar benefícios mais estruturantes e com atividades permanentes ao longo do ano. O programa, anteriormente denominado Transforma Comunidade, foi então rebatizado de Programa Energizar. Durante 2024, foram realizados cursos e ações focados nos pilares do IDH em três em centros urbanos e três no interior dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, além de ações de saúde física e mental, cursos de alfabetização para mulheres em situação de vulnerabilidade, de redação para adolescentes como preparatório para o ENEM e de empreendedorismo variados. A iniciativa envolveu ativamente 648 beneficiados por meio dos 28 cursos e ações fornecidas.

A Neoenergia realizou sua 2ª edição do Programa Neoenergia Talentos do Futuro na Bahia, desta vez em parceria com a Rede Muda Mundo e o SENAI CIMATEC. Como diferencial desta 2ª edição, realizamos um Ideathon com um foco maior em solução de problemas sociais comuns à Neoenergia e seus clientes, buscando propostas de ação de melhoria em Eficiência Energética e Saúde e Segurança. O Programa contou com 31 estudantes universitários inscritos e 5 propostas de ideias apresentadas.

A Neoenergia também atua em diversos projetos com comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, e projetos de educação ambiental nas áreas de atuação de seus negócios de geração, transmissão e distribuição.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- Programa de Editais Transformando Energia em Cultura, se consolidando como um dos maiores editais de cultura do Brasil, abrangendo Rio Grande do Norte, Bahia, São Paulo e Distrito Federal, dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17.
- 4ª edição do Prêmio Inspirar, dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas, 13 delas selecionadas por votação popular e três por mérito cultural, contemplou todas as áreas de concessão da Neoenergia e recebeu 146 inscrições em 2024;

- Apoio a nove projetos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) em 2024: o terceiro projeto que integra o Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, requalificando 14 casas de cultura popular localizadas no interior do Rio Grande do Norte; a primeira edição do projeto Conectar Cultural, dirigido para grupos de cultura popular do Recôncavo Baiano; a formação de trabalhadores da cultura por meio da Caravana Energia da Cultura em diversos territórios da Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte e São Paulo; a realização de piloto Interiorização Cultural na Bahia, apoiando os projetos Festival de Lençóis, Festival Siribação, João de Barro, Festival Caju de Leitores e Festival da Mocidade de Alagoinhas; e foi a primeira organização a participar do Programa Emergencial Rouanet RS, realizado em parceria com o Ministério da Cultura, patrocinando as atividades do Museu do Hip Hop como parte das ações de ajuda humanitária para reconstrução do estado.
- Oficinas Culturais e Artísticas (OCA), desenvolvida com recursos do Programa de Ação Cultural, impactou cerca de 371 jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Araras, Atibaia, Ilha Solteira, Mongaguá e Votuporanga, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa - design de moda e de produto, marcenaria e artesanato e produção audiovisual, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda.

10.4. Instituto Neoenergia

O Instituto Neoenergia integra o Investimento Social Privado da companhia e promove ações que fomentam a transformação das pessoas e do planeta nas regiões onde a Neoenergia opera seus negócios. Por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios, além do apoio a iniciativas com uso de leis de incentivo, o Instituto contribui com o desenvolvimento sustentável no Brasil, enfrentando desafios relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais. O trabalho é desenvolvido com foco na redução das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como no combate às mudanças climáticas e pela conservação da biodiversidade, por meio de cinco pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional.

Impactar positivamente a sociedade, criando um legado de sustentabilidade, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, é o principal objetivo do Instituto.

Desde 2023, o Instituto contribui diretamente com uma das metas ESG assumidas pela Neoenergia até 2030 no escopo social, para ampliar o alcance de 109 mil beneficiários em 2021 para 280 mil até 2025 e 412 mil até 2030. Com foco nessas novas metas, sua metodologia de mensuração de resultados e cálculo de beneficiários foi consolidada, além do aperfeiçoamento dos termos de parceria e cooperação com organizações parceiras.

No ano de 2024, o Instituto desenvolveu ou apoiou 69 programas e projetos sociais de impacto, sendo 21 próprios e 48 em acompanhamento por meio dos Núcleos de Acompanhamento de Projeto "NAP" de cultura e esporte. Houve o crescimento de 23% em investimento em projetos com recursos incentivados em relação a 2023, por meio da utilização de sete leis de incentivo.

Outro marco do Instituto Neoenergia em 2024, foi a sétima edição do Programa de Iluminação Cultural, contemplando o Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (SP) com a realização da ação de educação patrimonial com escolas públicas, intervenção cultural e o projeto luminotécnico ecoeficiente que destaca os elementos arquitetônicos das edificações históricas, parte do programa.

Ainda em 2024, o projeto Flyways Brasil, que tem como missão contribuir com a conservação das aves limícolas (que vivem em áreas úmidas, como estuários e lagoas) e seus habitats, na região da Bacia Potiguar/RN, obteve um reconhecimento internacional de 8.500 hectares - Sitio WHSRN (Western Hemisphere Shorebird Reserve Network), trazendo um grande marco para a conservação e preservação dessas espécies. As reservas da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) são essenciais para a sobrevivência de aves migratórias.

10.5. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) do grupo Neoenergia tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica conforme determina a legislação específica, em particular a Lei 9.991 de 24 de julho de 2000.

O investimento total do PEE, em 2024, na Neoenergia Cosern foi de R\$ 14 milhões.

Entre as ações que merecem destaque em 2024 estão:

- Execução de projetos com ação em comunidades populares com troca de mais de 58,7 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 12 mil lâmpadas em 303 instituições dessas comunidades.
- Projeto Vale Luz, que troca resíduos sólidos por desconto na conta de energia, sendo recicladas mais de 520 toneladas de resíduos com desconto de mais de R\$ 215 mil na conta de energia elétrica de cerca de 2,6 mil consumidores.
- Projetos Educativos em escolas públicas, capacitando mais de 2 mil professores e mais de 55 mil alunos de 377 unidades de ensino sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica.
- Projetos de Eficientização de 155 prédios públicos e comerciais assistenciais na área de concessão da distribuidora, totalizando mais de 21,4 mil lâmpadas substituídas, além de 6 sistemas solares fotovoltaicos, totalizando 704,9 kWp instalado.
- Projeto Plataforma Consumo Consciente que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente.

10.6. Pesquisa e Desenvolvimento

Quatro temas estratégicos norteiam o Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) da Neoenergia: Tecnologias Inteligentes, Eficiência Operacional, Segurança e Sustentabilidade, tendo como objetivo viabilizar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que trazem impactos positivos para os negócios, meio ambiente e benefícios para os clientes.

Em 2024, foram investidos R\$ 16,54 milhões no Programa de PDI Neoenergia Cosern. Seguem abaixo os destaques dos projetos de PDI da Neoenergia Cosern:

No âmbito de Tecnologia Inteligentes, o Programa de PDI da Neoenergia, investe no desenvolvimento de soluções que melhoram a qualidade do fornecimento de energia e a redução de perdas técnicas e comerciais. Uma grande realização são os projetos de Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Redes Inteligentes, que deram origem à família de produtos GODEL. Este Programa Estruturante já incorporou novas tecnologias aos processos de negócios da empresa. Dentre as tecnologias GODEL, destacam-se:

- GODEL ANALYTICS aplicativo usado pelas empresas Neoenergia para mapear perdas técnicas e comerciais e indicar as áreas com maiores oportunidades para ações de recuperação de receitas e para o planejamento de obras de reforço na rede.
- GODEL PCOM aplicativo baseado em análise por fluxo de potência que permite o cálculo das perdas técnicas para cada componente da rede elétrica, bem como as perdas não técnicas por alimentador.
- GODEL CONECTA sistema para determinação da capacidade de acomodação da geração distribuída nas redes de média e baixa tensão, com resposta imediata do ponto mais apropriado para a conexão solicitada, indicando ainda se há a necessidade de obras de reforço.
- GODEL MEDIÇÃO padrão de comunicação interoperável, voltados para aplicações de medição inteligente.
- GODEL SMART SENSOR AT sistema de monitoramento de linhas de 69kV a 138kV constituído de sensores e respectivas unidades concentradoras e servidores de comunicação com software de gerenciamento, armazenamento e análise.

Ainda no tema de tecnologias inteligentes, com o objetivo de transformar a experiência do cliente, destaca-se o projeto de Conexão Digital, que criou e integrou canais de atendimento que conectam e facilitam a vida dos clientes, oferecendo serviços digitais que proporcionam autonomia, facilidade e acessibilidade.

Com relação à Eficiência Operacional, destacam-se os seguintes projetos de PDI ANEEL:

- Veículos Aéreos não Tripulados (VANT), sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos da rede elétrica, utilizando veículos aéreos (drones) não tripulados e autocarregáveis.
- Previsão Climática, algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de *machine learning*.
- Torre de Emergência Móvel para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem) e inclui o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis.

Na vertente de Segurança, temos:

- Braço Robótico, em que foi desenvolvido equipamento para atividades de poda de árvores próximas às redes energizadas de até 46kV de forma robotizada e com operação remota, a fim de evitar acidentes elétricos.
- Smart Safety Eye, sistema com inteligência artificial que busca a identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual.

Na vertente de Sustentabilidade, destaca-se o Programa de Mobilidade Elétrica da Neoenergia que inclui projetos para ampliar a infraestrutura de recarga de veículos elétricos e desenvolver novas soluções, como: o Caminhão Elétrico com sistema embarcado para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão; Trilha Verde em Fernando de Noronha, que estabeleceu, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e administrativos, e entregou, em 2024, o primeiro buggy 100% elétrico desenvolvido no projeto, além de conquistar o principal troféu do Prêmio O Setor Elétrico e o 1º Lugar na categoria Energia Renovável em 2024 no Circuito Nacional do Setor Elétrico; e o Corredor Verde, que implementou ampla infraestrutura de recarga de veículos elétricos na região nordeste com 17 estações de recarga instaladas, estabelecendo o primeiro corredor elétrico com 1.200 km de extensão entre Salvador (BA) e Natal (RN) e viabilizou a cobrança da recarga de veículos elétricos, de forma pioneira no Brasil.

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA NEOENERGIA COSERN

As ações da Neoenergia Cosern são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2024.

(i) Prêmio Abradee 2024 - Pela segunda vez consecutiva, a Neoenergia Cosern conquistou o título de melhor distribuidora da Região Nordeste, terceira melhor do Brasil e segunda em Qualidade da Gestão. Recebeu ainda uma menção honrosa pela primeira colocação em Saúde e Segurança.

(ii) Prêmio Líderes Regionais do Rio Grande do Norte - A Neoenergia Cosern foi reconhecida como melhor empresa potiguar na categoria Energias "Prêmio Líderes Regionais do Rio Grande do Norte", organizado pelo Grupo de Líderes Empresariais do Rio Grande do Norte (LIDE RN).

(iii) Melhores em Gestão – Pela segunda vez, fomos reconhecidos pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) por sermos referência em gestão empresarial. Neoenergia Cosern (RN) conquistou a premiação máxima na categoria ouro.

(iv) Great Place to Work (GPTW) – Ingressamos no ranking de melhores empresas para trabalhar no Brasil. Neoenergia Cosern está entre as três melhores do Rio Grande do Norte. O GPTW é conhecido globalmente pela avaliação do nível de satisfação dos empregados. Na edição de 2024, 5 mil companhias participaram da pesquisa.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2022, com vigência de 60 meses.

Em 2024, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 476.611,00, dos quais R\$ 386.763,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 89.848,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como revisão das projeções dos fluxos de caixa para fins de pagamento de dividendos, revisão do relatório de covenants, auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL

Nosso desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança é relatado anualmente desde 2004. Adotamos desde 2010 as normas da Global Reporting Initiative (GRI) e, a partir de 2020, passamos a considerar os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) para o setor elétrico e as recomendações do Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Em 2021, adicionamos as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a nossos compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Relatório de Sustentabilidade da empresa é divulgado no site da companhia (www.neoenergia.com) e o documento referente ao ano de 2024 será publicado até 31 de março de 2025.

14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Cosern apresenta os resultados do quarto trimestre e do acumulado de 2024 (4T24 e 2024) a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T24	2024	4T23	2023	
(+) Receita líquida	1.104	3.844	933	3.618	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(72)	(172)	(24)	(150)	Nota 3
(-) Outras receitas	(17)	(70)	(14)	(65)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	1	-	-	Nota 3.3
= RECEITA Operacional Líquida	1.015	3.603	895	3.403	
(+) Custos com energia elétrica	(558)	(1.931)	(480)	(1.806)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(140)	(423)	(84)	(396)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(698)	(2.354)	(564)	(2.202)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	72	172	24	150	Nota 3
= MARGEM BRUTA	389	1.421	355	1.351	
(+) Custos de operação	(89)	(331)	(89)	(314)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(11)	(35)	(11)	(38)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administr:	(38)	(142)	(37)	(144)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	45	177	42	165	Nota 6
(+) Outras receitas	17	70	14	65	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	-	(1)	-	-	Nota 3.3
= Despesa Operacional (PMSO)	(76)	(262)	(81)	(266)	
(+) PCE	(5)	(19)	(5)	(7)	Demonstrações de resultado
EBITDA	308	1.140	269	1.078	
(+) Depreciação e Amortização	(45)	(177)	(42)	(165)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(84)	(287)	(73)	(286)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(36)	(119)	(19)	(40)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	143	557	135	587	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte S.A. ("Neoenergia Cosern"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Cosern e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Cosern.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Cosern sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e assecuração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecidas quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, o que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores, bem como pelo uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar a receita de fornecimento de energia elétrica e a disponibilidade da rede elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica; (b) avaliação do desenho e implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e à disponibilidade da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, a integridade e a exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações sobre população com características de interesse relevante para fins de auditoria na receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo à parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente à parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) a avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) o exame, em base amostral, do status das obras em andamento e avaliação dos prazos para unitização, bem como a sua recuperabilidade; (d) o desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) o desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) o exame, em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (g) a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificados ajustes imateriais não corrigidos pela Administração da Companhia, que resultaram em deficiências nos controles internos relacionadas ao processo de acompanhamento e ao monitoramento das obras em andamento. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua natureza e sua extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao saldo do ativo contratual das distribuidoras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins das “IFRS Accounting Standards”, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as “**IFRS Accounting Standards**”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	3.844	3.618
Custos		(2.685)	(2.516)
Custos com energia elétrica	4	(1.931)	(1.806)
Custos de construção	5	(423)	(396)
Custos de operação	6	(331)	(314)
Lucro bruto		1.159	1.102
Perdas de créditos esperadas	10.2	(19)	(7)
Despesas com vendas	6	(35)	(38)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(142)	(144)
Lucro operacional		963	913
Resultado financeiro	7	(287)	(286)
Receitas financeiras		73	67
Despesas financeiras		(358)	(334)
Outros resultados financeiros, líquidos		(2)	(19)
Lucro antes dos tributos		676	627
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(119)	(40)
Corrente		(53)	12
Diferido		(66)	(52)
Lucro líquido do exercício		557	587
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		3,26	3,42
Preferencial A		3,59	3,76
Preferencial B		3,59	3,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	557	587
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios à empregados	(2)	2
Hedge de fluxo de caixa	1	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	(1)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(1)	1
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	-	13
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	(4)
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	-	9
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(1)	10
Resultado abrangente do exercício	556	597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhões de reais)



	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	557	587
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	182	169
Baixa de ativos não circulantes	18	14
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	119	40
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	287	286
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(172)	(150)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(93)	(58)
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros	16	9
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(8)	10
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	84	(67)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(29)	36
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(7)	(8)
Outros ativos e passivos, líquidos	34	(1)
Caixa gerado nas operações	988	867
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(222)	(222)
Instrumentos derivativos recebidos (pagos), líquidos	(8)	23
Renda de aplicações financeiras (nota 7)	46	41
Juros pagos - Arrendamentos	(2)	(2)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	802	707
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(453)	(414)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(20)	(30)
Resgate de títulos e valores mobiliários	31	32
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(442)	(412)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	650	599
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(8)	(10)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(539)	(335)
Obrigações especiais	30	14
Pagamento de principal - Arrendamentos	(3)	(3)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	34	-
Remuneração paga aos acionistas (nota 19.2 (b))	(526)	(440)
Resgate de ações	(12)	-
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(374)	(175)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(14)	120
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	361	241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	347	361
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	7	6
Arrendamentos capitalizados	2	3

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.
 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	347	361
Contas a receber de clientes e outros	10	727	619
Títulos e valores mobiliários		6	15
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	-	35
Outros tributos a recuperar	8.2.1	155	272
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	16
Outros ativos circulantes		80	72
Total do circulante		1.315	1.390
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	72	57
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	20	74
Outros tributos a recuperar	8.2.1	159	133
Depósitos judiciais	16.1 (c)	26	25
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	3.544	3.005
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	299	322
Outros ativos não circulantes		7	10
Direito de uso		13	15
Intangível	13	523	630
Total do não circulante		4.663	4.271
Total do ativo		5.978	5.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	313	294
Empréstimos e financiamentos	15.2	82	590
Passivo de arrendamento		3	3
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	-	12
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	50	56
Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	2	11
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	26	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	110	125
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	109	233
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	18	25
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	12	12
Outros passivos circulantes	17	169	87
Total do circulante		894	1.448
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	30	27
Empréstimos e financiamentos	15.2	2.822	2.123
Passivo de arrendamento		12	14
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	8	4
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	272	206
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	121	82
Imposto corrente passivo longo prazo		1	1
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	128	127
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	109	59
Outros passivos não circulantes	17	20	24
Total do não circulante		3.523	2.667
Patrimônio líquido		1.561	1.546
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.978	5.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhões de reais)



	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
				Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	542	185	11	28	442	175	-	163	1.546
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	557	-	557
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(163)	(163)
Retenção de ações	-	(12)	-	-	-	-	-	-	(12)
Outros resultados abrangentes	-	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de Lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	82	-	(82)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(475)	109	(366)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	542	173	10	28	524	175	-	109	1.561
Saldos em 31 de dezembro de 2022	542	185	1	28	309	175	-	165	1.405
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	587	-	587
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(165)	(165)
Outros resultados abrangentes	-	-	10	-	-	-	-	-	10
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas de Lucros (nota 19.5)	-	-	-	-	133	-	(133)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(454)	163	(291)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	542	185	11	28	442	175	-	163	1.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais)



	2024	2023
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.243	4.977
Outras receitas (*)	42	42
Perdas de créditos esperadas	(19)	(7)
Subtotal	5.266	5.012
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos (*)	(2.123)	(1.989)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (*)	(553)	(583)
Baixa de ativos não circulantes, líquidos	(20)	(23)
Subtotal	(2.696)	(2.595)
Valor adicionado bruto	2.570	2.417
Depreciação e amortização (*)	(182)	(169)
Valor adicionado líquido produzido	2.388	2.248
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	110	229
Valor adicionado total a distribuir	2.498	2.477
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	128	82
Benefícios	47	43
FGTS	8	7
Subtotal	183	132
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	634	520
Estaduais	721	722
Municipais	4	5
Subtotal	1.359	1.247
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	399	511
Subtotal	399	511
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	59	97
Dividendos	416	357
Lucros retidos	82	133
Subtotal	557	587
Valor adicionado distribuído	2.498	2.477

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – NEOENERGIA COSERN (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Natal - Rio Grande do Norte - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (NEOENERGIA) e está registrada como Categoria “B”, não tendo ações listadas em Bolsa, já suas Debêntures são negociadas através da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte abrangendo uma área de concessão de 53 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 8 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado do Rio Grande do Norte, desde 2003.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração em abril de 2024, compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do grupo.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros e mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; e
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo.
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

(ii) Risco de taxas de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

(iii) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities*, que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Commodities energéticas – Energia elétrica: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia elétrica como demanda e oferta, hidrologia, gás, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos principalmente, mas não se limitando, ao período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

<i>Ratings de longo prazo em escala nacional</i>	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Banco do Nordeste	AA	AAA	AAA
Banco Pine	A	A	-
Bank of America (1)	A1	A-	AA-
BNDES	AAA	AAA	-
BNP Paribas	-	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
BRB Banco de Brasília	A	A+	BBB+
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AAA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Mitsubshi UFJ	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Safra	AAA	AAA	-
Santander	AAA	AAA	-
Scotiabank	AAA	-	-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Votorantim	AA+	AAA	-

(1) Bank of America – BofA possui *rating* somente em escala global.

1.1.2 Gestão de riscos operacionais

(a) Risco regulatório

Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da Agência, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Os dados econômicos e financeiros referenciados da Contabilidade Regulatória para apuração dos indicadores referentes ao ano de 2024 somente estarão disponíveis a partir de abril de 2025. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores.

Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, em caso de descumprimento do indicador no primeiro ano, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, em caso de descumprimento por dois anos consecutivos ou por três anos dentro dos últimos cinco anos de apuração. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores implicará na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da Companhia.

Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei nº 8.631/1993.

Base Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização.

Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *commodities* (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

(a) Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições hidrológicas dos reservatórios, impactado por questões climáticas. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico.

(b) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 434
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2023 a 08/10/2025	R\$ 4
Veículos - Executivo	31/05/2024 a 31/05/2026	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 434
Responsabilidade Civil - Drones	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 1
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	R\$ 1
Transporte	08/10/2024 a 08/10/2026	R\$ 2
D&O	23/08/2024 a 23/08/2025	R\$ 150
Cibersegurança	31/05/2024 a 31/05/2025	R\$ 28

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos, seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as IFRS *Accounting Standards* (IFRS *Accounting*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de créditos esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
15.3	Instrumentos financeiros derivativos
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado (<i>Reverse factoring</i>), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura de capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado	A Resolução CVM nº 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas companhias brasileiras.	01/01/2024

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes; e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento de energia (nota 3.1)	2.085	1.814
Disponibilidade da rede elétrica (1)	2.329	2.217
Construção de infraestrutura da concessão (nota 5)	423	396
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	139	88
Valor de reposição estimado da concessão (2)	172	150
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	25	247
Outras receitas (nota 3.3)	70	65
Receita operacional bruta	5.243	4.977
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	(1.399)	(1.359)
Receita operacional, líquida	3.844	3.618

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 2.008 (R\$ 1.955 em 31 de dezembro de 2023) e livres R\$ 321 (R\$ 262 em 31 de dezembro de 2023); e

(2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2024

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), aprovou na 12ª Reunião Pública Ordinária em 16 de abril de 2024, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – NEOENERGIA COSERN, com vigência a partir de 22 de abril de 2024, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.317/2024. O reajuste tarifário da Companhia vai trazer um efeito médio para os consumidores de 7,84%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste vai ficar em 7,05%, enquanto para os da baixa tensão, ficará em 8,08%.

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	GWh		R\$	
	2024	2023	2024	2023
Residencial	2.474	2.417	2.079	1.897
Comercial	687	779	689	685
Industrial	121	151	145	162
Rural	383	409	238	233
Poder público	307	299	287	261
Iluminação pública	195	194	103	95
Serviços públicos	112	119	92	89
Consumo próprio	8	7	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	20	(1)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(1.986)	(1.955)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	418	348
Total	4.287	4.375	2.085	1.814

- (1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.317/2024; e
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 186 (R\$ 182 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 199 (R\$ 137 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 13 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção CCRBT; e (iv) R\$ 20 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2023) referente à subvenção modicidade Eletrobras.

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	2024	2023
CVA e neutralidade		
Energia (1)	104	(57)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	29	65
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(15)	(11)
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (3)	(39)	1
Neutralidade de encargos setoriais	2	(19)
PROINFA	1	(4)
	82	(25)
Componentes financeiros e subsídios		
Repasso de sobrecontratação (4)	(131)	63
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (5)	(23)	(21)
Passivo conta COVID	-	1
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (6)	112	226
Modicidade Eletrobras (7)	25	57
Bandeira escassez hídrica (nota 11)	(46)	(52)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (8)	3	-
RTE Covid (9)	16	-
Outros	(13)	(2)
	(57)	272
Total	25	247

- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste ano, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024;
- (2) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024;
- (3) CVA passiva, decorrente da constituição das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função da REH nº 3.349/2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários da Companhia em 2023 e 2024;
- (4) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a menor entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (5) CVA passiva referente ao Componente Financeiro previsto no submódulo 4.4 do PRORET, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados no reajuste tarifário de 2024;
- (6) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2024 R\$ (53) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2024, o valor ativo de R\$ 112 em contrapartida da redução da receita;

- (7) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.239/2024, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários de 2024, sendo contabilizado pela Companhia o ativo de R\$ 25 em 31 de dezembro de 2024;
- (8) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente aos efeitos de Micro e Minigeração Distribuída sobre Perdas Não Técnicas, definidos na Consulta Pública nº 9 de 2024; e
- (9) CVA ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente ao Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, devido a Pandemia de Covid-19 nos termos do Submódulo 2.10 do PRORET, definidos na Consulta Pública nº 37 de 2024.

3.3 Outras receitas

	2024	2023
Arrendamentos e aluguéis	59	53
Comissão serviços de terceiros	7	11
Serviço taxado	2	2
Administração de faturas de fraudes	1	1
(-) Compensação regulatória (1)	-	(2)
Outras receitas	1	-
Total	70	65

- (1) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação/devolução em dobro em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços, e cobranças ou suspensão indevida.

3.4 Deduções de receita bruta

	2024	2023
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(720)	(722)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(366)	(348)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(3)	(3)
	(1.089)	(1.073)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(259)	(238)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(16)	(15)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(15)	(13)
Outros encargos (1)	(20)	(20)
	(310)	(286)
Total	(1.399)	(1.359)

- (1) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica - TFSEE.

3.5 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cativos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, geralmente refletindo o percentual de obra completada para o qual existe baixa probabilidade de reversão do valor devido pelo cliente, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus crise hídrica.

As subvenções são registradas em uma sistemática durante os períodos em que o objeto da subvenção seja reconhecido no resultado do exercício, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão. Dessa forma, a margem de obrigação de desempenho é 0% (zero por cento).

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factor (GSF)* de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2024	2023	2024	2023
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	3.875	4.071	(917)	(882)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(148)	(114)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	-	(27)	2
Contratos por cotas de garantia física (4)	934	1.091	(164)	(175)
Energia adquirida contrato bilateral (5)	773	762	(265)	(269)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	197	199	(68)	(68)
Energia MMSGD (nota 17)	-	-	(55)	-
Outros	95	102	(41)	(46)
Subtotal	5.874	6.225	(1.685)	(1.552)
Créditos de PIS e COFINS			157	143
Total	5.874	6.225	(1.528)	(1.409)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(271)	(279)
Encargos de conexão			(55)	(37)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS			(9)	(14)
Encargo de Energia de Reserva - EER (6)			(103)	(107)
Subtotal			(438)	(437)
Créditos de PIS e COFINS			35	40
Total			(403)	(397)
Total dos custos com energia elétrica			(1.931)	(1.806)

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) O aumento é decorrente do início de novos contratos do 28º leilão de energia nova e reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de 22 de abril de 2024;
- (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do NE de 2024 (118,33 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2023 (72,36 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade (condomínio virtual);
- (3) Redução decorrente de ajustes financeiros de recontabilizações de anos/meses anteriores;
- (4) A redução é decorrente da descotização da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021, além disto teve redução no Fator de Cotas de 2024 (REH nº 2.996, de 14 de dezembro de 2021) em relação a 2023;
- (5) Redução é decorrente do reajuste da tarifa (R\$/MWh) do gerador a partir de 22 de abril de 2024; e
- (6) Redução no custo de Encargo de Energia de Reserva em função do término de vigência de leilões de energia de reserva em 2024 e do aumento do PLD em 2024, comparado com 2023.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal	(49)	(55)
Material	(208)	(172)
Serviços de terceiros	(179)	(174)
Juros sobre obras em andamento	(7)	(6)
Outros	(10)	(3)
Obrigações especiais	30	14
Total	(423)	(396)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas (Despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(80)	(12)	(61)	(153)
Administradores	-	-	(5)	(5)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(84)	(22)	(40)	(146)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(145)	-	(32)	(177)
Provisão para processos judiciais	-	-	(6)	(6)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(22)	(1)	3	(20)
Total	(331)	(35)	(142)	(508)

				2023
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas (Despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(82)	(10)	(61)	(153)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(77)	(27)	(39)	(143)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(139)	-	(26)	(165)
Provisão para processos judiciais	-	-	(11)	(11)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2)	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(16)	(1)	(1)	(18)
Total	(314)	(38)	(144)	(496)

6.1 Pessoal e benefícios a empregados

	2024	2023
Remunerações	(78)	(71)
Encargos sociais	(35)	(32)
Auxílio alimentação	(20)	(18)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(13)	(13)
Provisão para férias e 13º salário	(18)	(16)
Plano de saúde	(13)	(13)
Participação nos resultados	(27)	(31)
(-) Transferências para ordens (2)	53	50
Outros	(2)	(9)
Total	(153)	(153)

(1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios; e

(2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

6.2 Serviços de terceiros

	2024	2023
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(32)	(31)
Agente arrecadador e credenciado	(7)	(8)
Corte, ligação e religação	(10)	(11)
Atendimento e teleatendimento	(14)	(11)
Serviços técnicos e manutenções	(25)	(27)
Poda de árvore e limpeza faixa	(9)	(6)
Cobrança adm. e negativação	(2)	(2)
Inspeção técnica e perícia	(1)	(4)
Tecnologia da informação	(22)	(19)
Serviços jurídicos	(4)	(4)
Consultoria e auditoria	(2)	(1)
Comunicação	(1)	(1)
Encerramento de ordem – Custo serviço prestado	(4)	(6)
Vigilância	(2)	(2)
Outros serviços	(12)	(11)
Crédito PIS e COFINS	1	1
Total	(146)	(143)

6.3 Depreciação e amortização

	2024	2023
Quota de depreciação e amortização	(182)	(166)
Baixa do valor residual de ativos intangíveis	-	(3)
Subtotal	(182)	(169)
(-) Crédito PIS/COFINS	5	4
Total	(177)	(165)

6.4 Outras receitas e despesas, líquidas

	2024	2023
Seguros	(1)	(2)
Despesas de viagem	(3)	(3)
Propaganda e publicidade	(6)	(4)
Multa inadimplência/contratual	34	32
Perdas/alienação/desativação	(16)	(19)
Material	(19)	(17)
Outros	(9)	(5)
Total	(20)	(18)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	46	41
(-) Tributos sobre receita financeira	(5)	(4)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	30	25
Atualização de depósitos judiciais	2	2
Outras receitas financeiras	-	3
	73	67
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(303)	(271)
Atualização do passivo financeiro setorial	(8)	(17)
Atualização de provisões para processos judiciais	(9)	(15)
Outras despesas financeiras	(38)	(31)
	(358)	(334)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	(2)	(46)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	2	65
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	(3)	(87)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	5	39
Perdas com variações cambiais e monetárias	(29)	(44)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	25	54
	(2)	(19)
Resultado financeiro líquido	(287)	(286)

- (1) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactada pelo aumento do volume da dívida; e
- (2) Aumento cambial em comparação aos doze meses do ano passado, período que houve redução cambial, gerando despesa nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente receita nos derivativos.

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	676	627
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(230)	(213)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	20	33
Incentivos fiscais (1)	87	134
Outras adições (reversões) permanentes	4	6
Tributos sobre o lucro	(119)	(40)
Alíquota efetiva	18%	6%
Corrente	(53)	12
Diferido	(66)	(52)

(1) A variação refere-se ao incremento no percentual da atividade incentivada que impacta o lucro da exploração que é base para apuração do benefício Sudene.

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2024	2023
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	15	20
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	(10)	(10)
Provisão para processos judiciais	47	47
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	15	13
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	12	13
Arrendamentos capitalizados	1	1
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	(14)	(13)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	10	10
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(338)	(280)
Capitalização de juros de dívida	(16)	(17)
Valor justo de instrumentos financeiros	(1)	-
Outros	7	10
Total passivo não circulante	(272)	(206)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	<u>Passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(206)
Efeitos reconhecidos no resultado	(66)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(272)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(149)
Efeitos reconhecidos no resultado	(52)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(206)

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/recolher e imposto corrente passivo longo prazo

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRPJ	14	66
CSLL	6	8
Total ativo circulante	20	74

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRPJ	(5)	1
CSLL	8	11
Total passivo	3	12

Circulante	2	11
Não circulante	1	1

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 1 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023), reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o montante de R\$ 387 (R\$ 364 em 31 de dezembro de 2023), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem:

(i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 382 (R\$ 359 em 31 de dezembro de 2023); e

(ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 5 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2023).

8.1.5 Benefício fiscal – Mais-valia e PMIPL

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	20	25
Amortização	(15)	(16)
Reversão	10	11
Saldo final do exercício	15	20

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

	2025	2026	2027
	5	5	5

8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2027, prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; e (ii) premissas externas sobre os cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8.2 Outros tributos

8.2.1 Outros tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	72	69
Programa de Integração Social - PIS	44	60
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	198	275
Outros	-	1
Total	314	405
Circulante	155	272
Não circulante	159	133

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	58	61
Programa de Integração Social - PIS	4	3
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	18	16
Impostos e contribuições retidos na fonte	6	7
Outros	3	3
Outros tributos a recolher	89	90
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10	11
Programa de Eficiência Energética - PEE	12	22
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2	6
Outros	5	-
Encargos setoriais	29	39
Total	118	129
Circulante	110	125
Não circulante	8	4

8.3 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais

A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação, estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	315	476
Atualização monetária	21	39
Compensação	(106)	(200)
Saldo final do exercício	230	315
Circulante	109	233
Não circulante	121	82

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	20	33
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	102	15
Fundos de Investimento	225	313
Total	347	361

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,91% (100,49% em 31 dezembro de 2023) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

	2024	2023
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	225	313
Total	225	313

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024			2023		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	743	(109)	634	664	(91)	573
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	24	-	24	18	-	18
Disponibilidade da rede elétrica	48	-	48	21	-	21
Subvenções e subsídios governamentais	70	-	70	41	-	41
Outros recebíveis	29	(6)	23	28	(5)	23
Total	914	(115)	799	772	(96)	676
Ativo circulante			727			619
Ativo não circulante			72			57

Operações de desconto de recebíveis (sem coobrigação)

Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplemento financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer reponsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira. Em dezembro de 2024 e 2023, a Companhia realizou a baixa integral destes recebíveis que originalmente seriam vencidos em janeiro e fevereiro do ano subsequente.

O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Fornecimento de energia	-	4
Subvenções e subsídios governamentais	26	10
Valor de face antes da alienação	26	14
Fluxo de caixa recebido pela alienação	26	14
Deságio nominal praticado	1,07%	0,71%

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha de outras despesas financeiras.

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2024		2023	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	277	(67)	235	(49)
Comercial	102	(15)	89	(13)
Industrial	51	(16)	56	(17)
Rural	42	(7)	36	(8)
Poder público	70	(1)	73	(1)
Iluminação pública	16	-	19	-
Serviço público	28	(1)	18	(1)
Não faturado	157	(2)	138	(2)
Total	743	(109)	664	(91)

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	353	(4)	339	(4)
Saldos vencidos:	390	(105)	325	(87)
Entre 1 e 90 dias	170	(6)	155	(5)
Entre 91 e 180 dias	37	(6)	20	(5)
Entre 181 e 360 dias	32	(23)	32	(9)
Acima de 360 dias	151	(70)	118	(68)
Total	743	(109)	664	(91)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(96)	(87)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(19)	(7)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	-	(2)
Saldo final do exercício	(115)	(96)

10.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, baseada na experiência de perda de crédito histórica, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perda esperada que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento (regular e parcelado), por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral, à exceção dos grandes consumidores, com cobrança judicial, para os quais há uma análise individual que avalia as perdas de créditos esperadas, com base na efetividade de negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	2024			2023		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia (nota 3.2)	-	(65)	(65)	-	(152)	(152)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (nota 3.2)	21	-	21	27	(38)	(11)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3	(10)	(7)	7	-	7
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.2)	14	(7)	7	47	(5)	42
Neutralidade de encargos setoriais (nota 3.2)	-	(10)	(10)	4	(13)	(9)
Outros	3	(3)	-	3	(3)	-
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	74	(9)	65	194	-	194
Risco hidrológico	-	(73)	(73)	-	(68)	(68)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (nota 3.2)	-	(75)	(75)	1	(48)	(47)
CDE Modicidade Eletrobras (nota 3.2)	-	(6)	(6)	-	(30)	(30)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	73	(86)	(13)	147	(167)	(20)
Bandeira escassez hídrica (3)	-	-	-	46	-	46
MMGD s/ Perdas Não Técnicas (nota 3.2)	3	-	3	-	-	-
RTE Covid (nota 3.2)	16	-	16	-	-	-
Outros	6	(4)	2	5	-	5
Total	213	(348)	(135)	481	(524)	(43)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	125	(94)	31	133	(141)	(8)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	88	(254)	(166)	348	(383)	(35)
Total	213	(348)	(135)	481	(524)	(43)
Ativo circulante			-			16
Passivo circulante			(26)			-
Passivo não circulante			(109)			(59)

- (1) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou um ativo de R\$ 65, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (2) A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Posteriormente, em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução desses tributos, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Foi reconhecido no processo de Reajuste Tarifário de 2024, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril de 2024 a março de 2025, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal; e

- (3) Foi reconhecido no processo de Revisão Tarifária 2023, componente financeiro positivo, correspondente à reversão dos custos relacionados à Bandeira Escassez Hídrica, considerados no reajuste anterior para fins de modicidade tarifária e mitigação das tarifas. Esse componente foi liquidado em abril de 2024.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	481	(524)	(43)
Constituição (1)	497	(353)	144
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário) (2)	(401)	281	(120)
Atualização monetária	42	(50)	(8)
Transferências (3)	(406)	298	(108)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	213	(348)	(135)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	544	(637)	(93)
Constituição	605	(250)	355
Amortização (Índice de Reposicionamento Tarifário)	(399)	291	(108)
Atualização monetária	41	(58)	(17)
Transferências	(310)	130	(180)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	481	(524)	(43)

- (1) Em 2024, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ 144, com destaque para a CVA de sobrecontratação, em função da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifário;
- (2) Em 2024, a Companhia amortizou o montante de R\$ (120), decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2023 e 2024; e
- (3) O efeito líquido refere-se, principalmente, às reclassificações do passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos, compensados decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela A), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão. A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

A parte da energia injetada mensalmente na rede de distribuição por consumidores detentores de microgeração ou minigeração distribuída e que excede a quantidade necessária para abater o consumo naquele período equivale a um crédito de energia, que é contabilizado como um passivo a restituir aos consumidores durante o prazo máximo de 60 meses, findo o qual o montante não compensado deverá ser revertido para a modicidade tarifária. O efeito da energia injetada na apuração das Perdas Não Técnicas (PNT) é calculado e contabilizado como um ativo regulatório. A diferença em relação ao montante contabilizado no passivo a restituir é contabilizada como custo de energia.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6 (i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	3.005	2.536
Baixas	(6)	(4)
Transferência ativo contratual (1)	368	322
Transferência ativo intangível	5	1
Ajustes a valor justo (2)	172	150
Saldo final do exercício	3.544	3.005
Ativo não circulante	3.544	3.005

- (1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção; e
- (2) A Companhia realizou a remensuração dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última RTP), aderente a legislação vigente pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 26 em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, o valor justo está impactado com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e pela adequação do ativo financeiro mediante laudo ANEEL 5º ciclo, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

12.2 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	322	354
Adições (1)	430	406
Baixas	(6)	(4)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(81)	(106)
Transferências - ativos financeiros (1)	(368)	(322)
Transferências - outros	2	(6)
Saldo final do exercício	299	322
Custo	310	324
Obrigações especiais	(11)	(2)

- (1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

12.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com os contratos de concessão:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipulados para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL; e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

Taxa de amortização a.a.	Concessão 4,71%
Saldo em 31 de dezembro de 2023	630
Baixas	(6)
Amortização	(177)
Transferências - ativo financeiro (1)	(5)
Transferências - ativo contratual (2)	81
Saldo em 31 de dezembro de 2024	523
Custo	2.081
Amortização acumulada	(1.507)
Obrigações especiais	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	697
Baixas	(9)
Amortização	(163)
Transferências - ativo financeiro (1)	(1)
Transferências - ativo contratual (2)	106
Saldo em 31 de dezembro de 2023	630
Custo	2.054
Amortização acumulada	(1.363)
Obrigações especiais	(61)

- (1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como ativo financeiro indenizável ou como ativo intangível, conforme a forma de remuneração; e
- (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2024	2023
Energia elétrica	166	181
Encargos de uso da rede	45	46
Materiais e serviços	102	67
Energia livre (1)	30	27
Total	343	321
Circulante	313	294
Não circulante	30	27

(1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida Líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital.

A dívida líquida é composta como segue:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos bancários	1	96
Agências de fomento	354	359
Mercado de capitais	2.549	2.258
Empréstimos e financiamentos	2.904	2.713
Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	-	(23)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(347)	(361)
Títulos e valores mobiliários	(6)	(15)
Dívida Líquida	2.551	2.314

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$) e Dólar norte-americano (US\$). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2024	2023
Denominados em R\$	2.925	2.637
Indexados a taxas flutuantes	2.924	2.635
Indexados a taxas fixas	1	2
Denominados em US\$	-	94
Indexados a taxas fixas	-	94
	2.925	2.731
(-) Custos de transação	(21)	(18)
	2.904	2.713
Passivo circulante	82	590
Passivo não circulante	2.822	2.123

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2024	2023
Custo médio em % CDI (1)	97,4%	88,5%
Custo médio em taxa Pré (2)	10,6%	11,6%
Saldo da dívida	2.904	2.713
Instrumentos financeiros derivativos	-	(23)
Dívida total líquida de derivativos	2.904	2.690

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses; e

(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Total
2025	22	256	278
2026	347	279	626
2027	608	261	869
2028	931	147	1.078
2029	239	98	337
Entre 2030 e 2034	766	284	1.050
Entre 2035 e 2039	116	13	129
2040 em diante	12	-	12
Total	3.041	1.338	4.379

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4,36 anos (4,05 anos em dezembro de 2023).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	2.713	2.425
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	650	599
Amortizações de principal	(539)	(335)
Custo de captação	(8)	(10)
Pagamento de encargos de dívida	(222)	(222)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	310	275
Variação cambial	1	(24)
Marcação a valor justo	(1)	5
Saldo final do exercício	2.904	2.713

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a operação captada, no montante de R\$ 650 pela Companhia foi por meio da 12ª emissão de debêntures com prazo de 10 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as operações captadas, no montante de R\$ 599 pela Companhia foram: (i) R\$ 500 por meio da 11ª emissão de debêntures com prazo de 5 anos; e (ii) R\$ 99 junto ao BNDES com vencimento de até 20 anos.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2026	200
			200

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito, em 31 de dezembro de 2024, é de 0,49% a.a. (0,49% a.a. em 31 de dezembro de 2023) sobre o montante total.

e) Condições restritivas financeiras (*Covenants*)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 94% dos contratos de dívidas que contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual Inferior (1)	Medição em 2024 (2)	Medição em 2023 (2)
Consolidado Neoenergia (3):			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,45	3,17
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	2,51	2,55
Companhia			
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	2,34	2,15

- (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas;
- (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira e nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia S.A; e
- (3) A Neoenergia S.A é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

15.2.1 Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o índice de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 2,26% e 2,17%, respectivamente.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de riscos estão expostas na nota 1.1.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2024	2023
Contratados para proteção de dívidas:		
<i>Swap</i> de moeda - US\$ vs R\$	-	(12)
<i>Swap</i> de taxas de juros - R\$	-	35
Exposição líquida	-	23
Ativo circulante	-	35
Passivo circulante	-	(12)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	-	(12)
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	-	35
	-	23

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2024			2023		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	23	-	23	81	-	81
Ganho (perda) reconhecido no resultado	2	-	2	(46)	(2)	(48)
Liquidação financeira entradas (saídas)	(26)	-	(26)	(23)	-	(23)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	1	-	1	11	2	13
Saldo final	-	-	-	23	-	23
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	2	-	2	(46)	(2)	(48)

15.3.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

Nas operações designadas como *hedge accounting*, a Companhia documenta no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidas no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas (1)	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16	118	5	139
Adições e reversões, líquidas	8	(2)	-	6
Pagamentos	(12)	(2)	-	(14)
Atualizações monetárias	3	6	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15	120	5	140
Circulante				12
Não circulante				128

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13	111	5	129
Adições e reversões, líquidas	11	-	-	11
Pagamentos	(14)	(2)	-	(16)
Atualizações monetárias	6	9	-	15
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16	118	5	139
Circulante				12
Não circulante				127

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de desembolso futuro provável, destaca-se:

- (1) Provisões Trabalhistas: Ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Norte, para a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salário, pleiteando, assim, as promoções por merecimento e antiguidade com todas as consequências legais. Foi proferida decisão judicial procedente em parte e o processo está na fase de liquidação de sentença. O valor provisionado no montante de R\$ 105 (R\$ 99 em 31 de dezembro de 2023), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos.

Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis	117	71
Processos trabalhistas	6	7
Processos fiscais	153	113
Total	276	191

Dentre os processos relevantes cujo risco de desembolso futuro é considerado possível, destacamos:

- (1) Processos cíveis: Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros.
- (2) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/ reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, pedido de demissão voluntária e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.
- (3) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

As provisões para processos e os passivos contingentes são atualizados monetariamente: (1) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (2) pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (3) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	3	3
Processos trabalhistas	4	4
Processos fiscais	19	18
Total	26	25

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 70% da taxa SELIC, para os demais processos.

16.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17. OUTROS PASSIVOS

	2024	2023
Caução em garantia (1)	46	42
Devoluções a consumidores (2)	47	32
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	4	4
Repasse a terceiros	21	18
Bônus estratégico	3	2
Devolução MMGD (3)	55	-
Outros	13	13
Total	189	111
Circulante	169	87
Não circulante	20	24

- (1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços;
- (2) Refere-se ao Bônus Itaipu, direcionados as classes residenciais e rurais que será pago de acordo com os meses de 2023 em que o consumo de energia de unidades consumidoras foi menor que 350 kWh, conforme a REH ANEEL nº 3.420/2024; e
- (3) Corresponde ao saldo acumulado de energia injetada e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Benefício Definido); e (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão - Contribuição Definida).

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Obrigações trabalhistas e PLR	50	56
Benefícios pós-emprego	(5)	(6)
Total	45	50
Ativo não circulante - outros (1)	(5)	(6)
Passivo circulante	50	56

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego superavitário encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulantes.

18.1 Benefícios pós-emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. O plano de benefício definido está fechado para novas adesões, em razão de expor a Companhia ao risco de desequilíbrio atuarial em caso de situação deficitária do plano, de forma que a Companhia teria que efetuar desembolsos extraordinários a fim de assegurar a concessão dos benefícios aos colaboradores e ex-colaboradores participantes dos planos (ativos e assistidos).

Já para os planos de contribuição definida a Companhia não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual). Atualmente há apenas um plano de contribuição definida aberto para novas adesões.

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia (Curadores). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2024			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido				
Néos - Plano RN	-	264	Fechado	Superavitá rio
	-	264		
Planos de contribuição definida				
Néos - Plano BA	6	-	Fechado	N/A
Néos - Plano CD Néos	1.131	234	Aberto	N/A
	1.137	234		
Total	1.137	498		

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido			
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Efeito do teto	Ativo (passivo) líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(78)	111	(27)	6
Efeitos dos juros	(6)	9	(3)	-
Benefícios pagos pelo plano	16	(15)	-	1
Redimensionamento	3	1	(6)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(65)	106	(36)	5
Planos superavitários	(65)	106	(36)	5
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(74)	113	(30)	9
Efeitos dos juros	(6)	10	(3)	1
Benefícios pagos pelo plano	14	(14)	-	-
Redimensionamento	(12)	2	6	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(78)	111	(27)	6
Planos superavitários	(78)	111	(27)	6

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	2024	2023
	Benefício definido	Benefício definido
Despesa com juros de passivos	(6)	(6)
Receita com juros de ativos	6	7
Total	-	1

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	2024	2023
	Benefício definido	Benefício definido
Saldo no início do exercício	5	4
Redimensionamento		
Mudanças nas premissas	3	(12)
Efeito do teto de ativos/passivos onerosos	(6)	6
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	1	2
Retorno sobre direitos de reembolso	-	6
Efeito bruto	(2)	2
Tributos sobre o lucro	-	(1)
Efeito líquido em outros resultados abrangente	(2)	1
Saldo no final do exercício	3	5

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2024	2023
	Benefício definido	Benefício definido
Valor presente das obrigações atuariais	(65)	(78)
Valor justo dos ativos	106	111
Efeito do limite do ativo (teto)	(36)	(27)
Total ativo líquido	5	6
Ativo não circulante	5	6

e) Outras informações dos planos de benefício definido

(i) Ativos dos planos por categoria

	2024			2023		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Investimentos imobiliários	-	1	1	-	1	1
Outros	-	(1)	(1)	-	(1)	(1)
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – ações/ quotas	3	-	3	4	-	4
Fundo de investimento – renda fixa	103	-	103	107	-	107
Total	106	-	106	111	-	111

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	2024
	Benefício definido
2025	9
2026	9
2027	8
2028	8
2029	7
Entre 2030 e 2034	30
Entre 2035 e 2039	20
2040 em diante	26
Total	117

Não há previsão de desembolso por parte da Companhia para o plano de benefício definido, tendo em vista o alto nível de sobras do plano.

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	2024	2023
	Benefício definido	Benefício definido
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	67	81
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	2,94%	3,51%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	6,39	7,42
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	63	75
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-2,78%	-3,29%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	6,09	7,03

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2024	2023
	Benefício definido	Benefício definido
Taxa média nominal de desconto	11,30%	8,62%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	N/A	0,00%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,25%
<i>Duration</i> (em anos)	6,24	7,22
Tábua de mortalidade	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F
Tábua de entrada em invalidez	N/A	N/A
	AT-1983	AT-1983 ponderada
Tábua de mortalidade de inválidos	ponderada (40% masculina e 60% feminina), suavizada em 10%	(40% masculina e 60% feminina), suavizada em 10%
	Ativos: N/A	Ativos: N/A
Composição familiar	Assistidos: Família Real	Assistidos: Família Real

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *déficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano (ALM). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos, tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar (PREVIC).

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

18.1.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (ON), e ações preferenciais (PNA e PNB), todas sem valor nominal.

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 542.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$							2024 Total	
	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref. B	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	129.091.809	419	20.432.208	66	17.640.703	57	167.164.720	542
Total	129.091.809	419	20.432.208	66	17.640.703	57	167.164.720	542

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$							2023 Total	
	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Pref. B	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A. (*)	120.898.588	390	19.107.201	62	16.454.399	53	156.460.188	505
Outros	8.847.631	29	1.498.927	4	1.267.282	4	11.613.840	37
Total	129.746.219	419	20.606.128	66	17.721.681	57	168.074.028	542

Em 21 de agosto de 2024, a Neoenergia adquiriu, por meio de Oferta Pública de Ações para Conversão de Registro e em leilão realizado na B3, 8.193.221 ONs, 1.325.007 PNAs e 1.186.304 PNBs, representativas de 6,37% do capital social da Neoenergia Cosern. No dia 29 de agosto de 2024 foi aprovada a conversão de registro para Categoria B (empresas que não vendem ações, certificados de ações, ou títulos que possam ser convertidos nesses papéis) da Companhia pela Comissão de Valores Mobiliários. Após o referido leilão, e conforme previsto no Edital da Oferta Pública para Conversão de Registro, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2024, o resgate e cancelamento da totalidade das ações de emissão da Neoenergia Cosern que remanesceram em circulação após o leilão da OPA de Conversão de Registro, totalizando 654.410 ONs, 173.920 PNAs e 80.978 PNBs de emissão da Neoenergia Cosern, representativas de 0,54% do seu capital social total. Com a finalização do resgate das ações remanescentes em 26 de setembro de 2024.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda, no caso de existir lucro a distribuir: (i) às ações preferenciais "Classe A" prioridade na distribuição de dividendos; (ii) às ações preferenciais "Classe B", prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais "Classe A", sendo tais dividendos de ambas as classes no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2024	2023
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	421	443
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	73	77
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	63	67
Total	557	587
Em unidades de ações		
Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	129.091.809	129.746.219
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	20.432.208	20.606.128
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	17.640.703	17.721.681
Total	167.164.720	168.074.028
Lucro básico e diluído por ação		
Ação ordinária (R\$)	3,26	3,42
Ação preferencial A (R\$)	3,59	3,76
Ação preferencial B (R\$)	3,59	3,76

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP), baseado nos limites definidos em lei e no Estatuto Social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	557	587
Reserva de incentivo fiscal	(82)	(133)
Lucro líquido ajustado	475	454
Remuneração a distribuir	475	454
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	119	114
Remunerações intermediárias	247	177
Dividendos adicionais propostos	109	163
	475	454
Natureza da remuneração		
Dividendos	416	357
JCP	59	97
	475	454
Remuneração total por ação	2,84	2,70

A Administração propôs ao Conselho de Administração a destinação referente ao exercício de 2024 no montante bruto de R\$ 475, dos quais R\$ 109 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, este montante permanece reconhecido no patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos.

O Conselho de Administração propôs aos acionistas a destinação referente ao exercício de 2023, aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2024, no montante de R\$ 163, na forma de dividendos adicionais propostos, pago em 22 de maio de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 20 de março de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício de 2024 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 13 (R\$ 15 menos R\$ 2 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pago em 18 de julho de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 20 de junho de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício de 2024 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 13 (R\$ 15 menos R\$ 2 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pago em 11 de setembro de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 22 de julho de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício de 2024, a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 226, na forma de dividendos intermediários, pago em 11 de setembro de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 25 de setembro de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício de 2024 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 12 (R\$ 14 menos R\$ 2 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, pago em 20 de dezembro de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 21 de outubro de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício de 2024, a remuneração aos acionistas, no montante de R\$ 81, na forma de dividendos intermediários, pago em 20 de dezembro de 2024.

O Conselho de Administração aprovou, em 18 de dezembro de 2024, a título de remuneração antecipada do exercício de 2024 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 13 (R\$ 15 menos R\$ 2 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a serem pagos até 31 de dezembro de 2025.

Os valores deliberados aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2024					
RCA de 20 de março de 2024	Juros sobre capital próprio	15	0,0862735	0,0949008	0,0949008
AGOE de 11 de abril de 2024	Dividendos	163	0,9492773	1,0442050	1,0442050
RCA de 20 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	15	0,0875300	0,0962830	0,0962830
RCA de 22 de julho de 2024	Dividendos intermediários	226	1,3146658	1,4461324	1,4461324
RCA de 25 de setembro de 2024	Juros sobre capital próprio	14	0,0794966	0,0874462	0,0874462
RCA de 21 de outubro de 2024	Dividendos intermediários	81	0,4737618	0,5211379	0,5211379
RCA de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	15	0,0878857	0,0966743	0,0966743
		529			
2023					
RCA de 07 de março de 2023	Juros sobre capital próprio	26	0,1504652	0,1655118	0,1655118
AGOE de 19 de abril de 2023	Dividendos	165	0,9602520	1,0562771	1,0562771
RCA de 28 de junho de 2023	Juros sobre capital próprio	25	0,1453578	0,1598936	0,1598936
RCA de 26 de julho de 2023	Dividendos intermediários	194	1,1285184	1,2413703	1,2413703
RCA de 29 de setembro de 2023	Juros sobre capital próprio	23	0,1351488	0,1486637	0,1486637
RCA de 13 de dezembro de 2023	Juros sobre capital próprio	23	0,1355502	0,1491052	0,1491052
		456			

A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	25	23
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados no exercício	366	291
Declarados de exercícios anteriores	163	165
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(8)	(14)
Pagos no exercício	(528)	(440)
Saldo final do exercício	18	25

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em 31 de dezembro de 2024, em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuariais de benefícios a empregados no montante de R\$ (2) (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2023); e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ 1 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2023).

19.4 Reservas de capital

a) Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio

Reserva no montante de R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2023).

b) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 173 (R\$ 180 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$ 217 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, R\$ 37 que corresponde ao valor já capitalizado e R\$ 7 referente a parte do resgate das ações, pago em 30 de setembro de 2024.

19.5 Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei nº 6.404/1976, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 28.

b) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais da SUDENE. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 524 (R\$ 442 em 31 de dezembro de 2023).

c) Reserva de retenção de lucro

Possui como finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 175.

19.6 Política contábil

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como "Acionistas e outros" nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

				2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)	-	14	-	14
	-	14	-	14
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros (a)	3	-	9	12
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	13	5	18
	3	13	14	30

				2023
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)	-	9	9	18
	-	9	9	18
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros (a)	3	-	8	11
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (d)	-	18	7	25
	3	18	15	36

20.2 Transações com partes relacionadas

				2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	8	-	-	8
Custos dos serviços (a)	(22)	-	(72)	(94)
Despesas gerais e administrativas (e)	-	-	(6)	(6)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(28)	-	(28)
	(14)	(28)	(78)	(120)

				2023
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Receita operacional líquida (a)	9	-	-	9
Custos dos serviços (a)	(22)	-	(63)	(85)
Despesas gerais e administrativas (e)	1	-	(6)	(5)
Resultado financeiro líquido (c)	-	(22)	-	(22)
	(12)	(22)	(69)	(103)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	Arizona 1	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	3 anos	2027	-	1	-	2
a	Enerbrasil	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	4 anos	2028	-	4	-	4
a	Mel 2	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	3 anos	2027	-	1	-	2
a	Céu Azul	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	18 anos	2042	(1)	(4)	-	(3)
a	Narandiba	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	4 anos	2028	-	-	-	(5)
a	Energética Águas da Pedra S.A	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	16 anos	2040	(1)	(10)	(1)	(3)
b	Neoenergia Coelba	Compartilhamento de Pessoal	N/A	1 ano	2025	-	1	-	2
b	Neoenergia Elektro	Compartilhamento de Pessoal	N/A	1 ano	2025	-	(1)	-	(2)

Controladora

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
c	Neoenergia	Contrato de FEE por Aval	N/A	1 ano	2025	14	(28)	9	(22)
d	Neoenergia	Pagamento de dividendos e JCP	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(13)	-	(18)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Acionistas e outros

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2024		2023	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	Norte Energia	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	20 anos	2044	(8)	(65)	(8)	(62)
a	Narandiba	Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	IGPM	4 anos	2028	-	(5)	-	-
d	Minoritários	Pagamento de dividendos e JCP	N/A	Indeterminado	Indeterminado	(6)	-	(6)	-
e	Néos	Previdência privada	N/A	Indeterminado	Indeterminado	-	(6)	9	(6)

20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2024	2023
Salários e benefícios recorrentes	3	2
Outros benefícios de curto prazo	1	1
Benefícios de longo prazo	1	1
Total	5	4

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024			2023		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	122	-	225	48	-	313
Títulos e valores mobiliários	-	-	6	-	-	15
Contas a receber de clientes e outros	914	-	-	772	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	35
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	-	16	-	-
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	-	3.544	-	-	3.005
Outros ativos	16	-	-	20	-	-
Total	1.052	-	3.775	856	-	3.368
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	343	-	-	321	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.904	-	-	2.574	-	139
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	135	-	-	59	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	12	-
Passivo de arrendamento	15	-	-	17	-	-
Outros passivos	48	-	2	45	-	2
Total	3.445	-	2	3.016	12	141

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2024			2023		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	225	-	225	313	-	313
Títulos e valores mobiliários	6	-	6	15	-	15
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	35	-	35
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	3.544	3.544	-	3.005	3.005
	231	3.544	3.775	363	3.005	3.368
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	139	-	139
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	12	-	12
Outros passivos	2	-	2	2	-	2
	2	-	2	153	-	153

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2024 e 2023, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 172 e R\$ 150, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

21.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	2.904	2.855	2.574	2.611

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo Amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ ou no portal da *Bloomberg*.

O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes.

O programa abaixo é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

<i>Swap</i> US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	-	US\$ 20	2024	-	95
Passivo	-	US\$ 107		-	(107)
Líquido				-	(12)

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e mensurado ao valor justo por meio do resultado:

Swap IPCA vs CDI	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	-	R\$ 138	2018-2024	-	139
Passivo	-	R\$ 104		-	(104)
Líquido				-	35

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

21.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	6,1923	(1) 1	- -
Exposição Líquida					
				-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro	6,4363	(2) 2	1 (1)
Exposição Líquida					
				-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	333	40	(6)	(12)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	12,15%	(1.278)	(196)	(29)	(59)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(1.646)	(175)	(13)	(25)

22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	Compra de Energia (1)	Construção de Infraestrutura
2026	1.352	488
2027	1.430	527
2028	1.494	539
2029	1.458	551
2030	1.539	561
Entre 2031 a 2035	9.175	3.114

- (1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Teresa Lafuente González
Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado
Solange Maria Pinto Ribeiro
Leonardo Pimenta Gadelha
Pedro Damásio Costa Neto
Edison Antônio Costa Britto Garcia
Titulares

Maria da Conceição Mendes
Suplente

CONSELHO FISCAL

Francesco Gaudio
Presidente

Eduardo Valdés Sanchez
João Guilherme Lamenza
Lauro Sander
Luiz Carlos Faria Ribeiro
Titulares

José Antonio Lamenza
Glauca Janice Nitsche
Antonio Carlos Lopes
Telma Suzana Mezia
Suplentes

DIRETORIA

Fabiana Carvalho Lopes
Diretora Presidente
Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle
Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC: BA-017210/O-1
CPF: 614.811.305-87

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE tendo examinado, em reunião realizada no dia 14 de fevereiro de 2025, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE e do parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Ana Teresa Lafuente González - Presidente

Edison Antônio Costa Britto Garcia

Fulvio da Silva Marcondes Machado

Leonardo Pimenta Gadelha

Pedro Damásio Costa Neto

Solange Maria Pinto Ribeiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e a proposta da Administração de distribuição dos resultados.

Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da Neoenergia COSERN, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2024, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025.

Francesco Gaudio - Presidente

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Lauro Sander

Luiz Carlos Faria Ribeiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mermoz, 150, Cidade Alta, Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.324.196/0001-81, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA COSERN alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA COSERN relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Natal, 17 de fevereiro de 2025.

Fabiana Carvalho Lopes
Diretora Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação